

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**O Estado Novo e o Departamento de Imprensa e Propaganda: a
propaganda política nos anos de 1941 a 1945.**

NOVA IGUAÇU

2013

David Vinicius da Silva Pereira

**O Estado Novo e o Departamento de Imprensa e Propaganda: a
propaganda política nos anos de 1941 a 1945.**

Monografia apresentada ao Curso de História como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Surama Conde Sá Pinto.

NOVA IGUAÇU

2013

David Vinicius da Silva Pereira

**O Estado Novo e o Departamento de Imprensa e Propaganda: a
propaganda política nos anos de 1941 a 1945.**

Monografia apresentada ao Curso de História como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Surama Conde Sá Pinto.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Surama Conde Sá Pinto (Orientadora) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – IM

Prof^ª. Dra. Lúcia Helena Pereira da Silva - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – IM

Prof. Dr. José Costa D’Assunção Barros - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – IM

Nova Iguaçu

2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores, familiares e amigos que de alguma forma contribuíram para que este trabalho se concretizasse.

Primeiramente, um agradecimento especial a Deus e ao Mestre Jesus que sempre estão me iluminando, contribuindo para que eu pudesse realizar mais um sonho nesta vida. Muito Obrigado por tudo.

Agradeço a Professora Doutora Surama Conde Sá Pinto, por seu profissionalismo, dedicação, trato pessoal, educação, orientação e, sobretudo, pela paciência que sempre teve comigo. Sem a sua ajuda profissional, corrigindo os erros e apontando o melhor rumo a tomar não seria possível à concretização desta monografia. Professora Surama, muito obrigado.

Aos Professores Doutores Lucia Helena Pereira da Silva e José Costa D'Assunção Barros, que aceitaram o convite para serem membros da Banca Examinadora dessa monografia, agradeço a cordialidade e a gentileza que sempre tiveram comigo. Muito obrigado por fazerem parte dessa história.

A todos os Professores-Historiadores do Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, que sempre primaram pela construção do conhecimento em suas aulas. Agradeço pelo relacionamento cordial e amistoso e pela maneira profissional que se dedicaram ao trabalho em sala de aula. Muito obrigado por passarem seus conhecimentos e contribuírem para a minha formação.

Aos amigos do IM, em especial a todos os alunos de História, particularmente, aqueles da Turma do primeiro semestre de 2008. Agradeço a convivência e a alegria de viver de cada um. Muito obrigado pela amizade. Vocês jamais serão esquecidos.

Aos meus pais e irmã, muito obrigado pelo amor e por poder compartilhar a minha caminhada pela vida junto com vocês.

A minha esposa Ana Claudia e aos meus filhos Adriel e Daniel, que suportaram minha ausência em muitos momentos. Muito obrigado por ser a minha família. Amo todos vocês.

RESUMO

A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão governamental voltado para fiscalizar e controlar os meios de comunicação do país, foi fundamental para a sustentação da política desenvolvida pelo então presidente Getúlio Vargas.

Foram pesquisados autores e obras que versam sobre esse período da nossa recente história republicana, em especial aqueles que proporcionam uma forte ligação com o tema a ser apresentado. Além disso, também foi utilizada como fonte uma das mais relevantes revistas lançadas no período do Estado Novo pelo DIP: a Revista Cultura Política.

O DIP foi essencial para a afirmação e divulgação da ideologia empreendida pelos pensadores do Estado Novo. Por intermédio de sua marcante e constante presença em todos os meios de comunicação, tanto no campo da censura quanto no campo da propaganda, foram realizadas diversas ações governamentais, que tinham por objetivo divulgar as transformações que estavam ocorrendo nacionalmente, fruto da revolução no modo de pensar e de agir da nova prática política experimentada pelo país.

Assim, com base na análise da bibliografia pertinente, tendo o DIP como figura ímpar para a construção desse trabalho, é nossa proposta discutir o quanto foi fundamental para o governo, durante o período do Estado Novo, a utilização desse mecanismo estratégico na fundamentação e divulgação de uma ideologia que procurava a afirmação e a legitimação para aquele regime surgido a partir do golpe de 10 de novembro de 1937.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1: Da Revolução de 30 ao Estado Novo	8
Capítulo 2: Estado Novo e Propaganda	22
2.1 O Departamento de Imprensa e Propaganda	29
2.2 A Revista Cultura Política: os intelectuais a serviço do Governo Vargas	34
Capítulo 3: Redemocratização: o fim do Estado Novo e do DIP	46
Conclusão	60
Referências bibliográficas	62

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) no Estado Novo tem como objetivo principal mostrar a importância desse departamento que se valeu de técnicas propagandísticas para difundir um determinado projeto, a fim promover o novo modelo governamental implantado no Brasil a partir de 1937. O estudo sobre a propaganda sistemática em prol do governo ajuda-nos a entender como se deu essa preponderância política que Vargas experimentou no papel de principal líder político do Brasil.

O período em questão há muito é objeto de discussões e debates. O Estado Novo possibilita analisar uma maneira toda rica em simbolismos para a condução da política nacional e necessita sempre ser revisitado, pois aguça nossa curiosidade histórica pela construção do mito gerado em torno da figura de Getúlio Vargas e de sua presença marcante na vida política nacional até os dias de hoje. Vargas é um nome sempre lembrado seja no círculo político ou econômico, seja pelos historiadores, ou até mesmo pelo povo, através do imaginário coletivo construído em torno de sua figura. O interesse dos pesquisadores nesse período se justifica a partir da tentativa de explicar o Estado e a natureza do poder político. Segundo a historiadora Vavy Pacheco Borges:

Para muitos esses são os “anos Vargas”, um período temporal que constituiria uma totalidade marcada por essa forte presença política e que por ela, em última instância, se explicaria. Embora ainda se encontre frequentemente essa periodização, a história pelas grandes figuras está há décadas proscrita na universidade; entretanto com a reafirmação recente do papel do indivíduo na sociedade, os historiadores da política voltam a se preocupar com o papel que os grandes personagens tiveram, têm e provavelmente sempre terão na política; suas ações, se não explicam a história toda, têm nela um peso muito significativo que cabe ao historiador aquilatar.¹

As questões e problemas que serviram para o desenvolvimento desse tema estão ligadas aos mecanismos que envolveram a elaboração do pensamento político-ideológico de

¹ BORGES, Vavy Pacheco. *Anos trinta e política: história e historiografia*. IN: FREITAS, Marcos César de (Org); SOUZA, Laura de Mello e. *Historiografia Brasileira em perspectiva*. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 159 e 160.

Getúlio Vargas para a consolidação de seu governo no Estado Novo: Qual era o modelo a ser seguido para esse tipo de propaganda governamental? Como se deu a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda no processo de formação do mito em torno de Getúlio Vargas? Por que o cidadão comum, o trabalhador, foi a “pedra de toque” dessa política empreendida por Vargas?

Três hipóteses orientaram a elaboração desse trabalho. A primeira está pautada na ação efetiva do aparelho instaurado para gerir a propaganda governamental, o DIP. O DIP foi um poderoso instrumento de controle sobre as mídias nacionais, utilizado visando a produção de consenso em torno da figura de Vargas e do projeto político do Estado Novo. A segunda hipótese estabelecida diz respeito à participação da Revista Cultura Política como elemento de divulgação do Estado Novo. A Revista Cultura Política serviu para enaltecer e divulgar as inúmeras realizações do presidente, contribuindo assim para fortalecer a mitologia criada em torno do político Getúlio Vargas, tido como o “Visionário”, o “Pai dos pobres”, o “líder”. E, como hipótese final, também baseada na análise da fonte, sustentamos que o DIP soube utilizar ostensivamente os principais instrumentos de comunicação de massa da época para fortalecer a imagem de Vargas na sociedade brasileira, principalmente entre a classe trabalhadora. O respaldo dos trabalhadores foi fundamental para que Vargas assumisse a posição de líder carismático e governasse de maneira autoritária sem sofrer maiores abalos políticos.

Os anos 1920 e 1930 são marcados por grande instabilidade. A crise do mundial do capitalismo, a depressão econômica dos Estados Unidos após a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, o abalo do modelo Liberal, o surgimento de novas formas alternativas de governo em diversas partes do mundo, tentando dar resposta à crise econômica, social e política que assolava o início do século XX, aparecem como alguns dos muitos acontecimentos que marcaram essas décadas.

O Brasil também sofreu com a turbulência provocada por esses abalos da crise econômica mundial que afetou particularmente a exportação do café. Basta lembrar a divisão internacional do trabalho. Durante séculos, o Brasil foi exportador de matérias-primas e importador de produtos industrializados. Sua economia mantinha forte vínculos de dependência internacional.

A economia brasileira estava voltada basicamente para o mercado externo, centrada na exportação de primários através da qual se obtinham as divisas necessárias à importação dos bens destinados a atender a demanda interna. Toda a organização social e política encontrava-se estruturada em função dos interesses das oligarquias agrárias ligadas à produção fundamental. (...) Externamente, as crises internacionais afetavam a economia exportadora, atingindo todos os setores da sociedade, principalmente devido à socialização dos prejuízos que as medidas de defesa do café acarretavam. Nesses momentos, os segmentos não vinculados à exportação se tornavam antagônicos em relação à fração hegemônica, ao mesmo tempo em que crescia a insatisfação dos setores urbanos. Ao final dos anos vinte, com a gravidade da crise, acentuavam-se as dissidências no seio das classes proprietárias e, entre as dominadas, ampliavam-se os movimentos contestatórios. As dissidências e conflitos começavam a ameaçar a realização dos interesses do capital.²

Sendo um grande importador e dependente de recursos financeiros dos países mais desenvolvidos, frequentemente, a política econômica brasileira sofria com os abalos da economia internacional. Nas primeiras décadas do século XX, a exportação do café continuava a ser a principal atividade econômica brasileira. Assim, o Brasil experimentou a queda das exportações do café, o desabastecimento, a carestia, a inflação e o desemprego, efeitos dessa crise mundial.

Antes dos desdobramentos da crise econômica, o país já havia vivenciado os levantes Tenentistas e a disputa pela sucessão presidencial de 1922 que deu origem à Reação Republicana. A instabilidade aberta com esses acontecimentos sinalizava os novos rumos que se desenhavam no horizonte. A eclosão da Revolução de 1930 e a ascensão pessoal de Getúlio Vargas, assumindo o posto de principal nome da política nacional seriam desdobramentos desse processo de mudanças.

Esse período significou um tempo de grandes disputas internas pelo poder e pela busca de alternativas que visavam o desenvolvimento econômico nacional. Um período de grande instabilidade política, econômica e social permitiu o advento de um novo modelo para a condução do país a partir da Revolução de 1930. Mais adiante, a implantação do Estado Novo, em 1937, determinou o fim do modelo democrático e instaurou o regime autoritário, concentrado na figura de Getúlio Vargas.

² GARCIA, Néson Jahr. *Estado Novo, ideologia e propaganda política*. Rio de Janeiro: 1ª edição em eBook-RocketEdition - eBooksBrasil - 1999. < <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/estadonovo.html>.> Acesso em 28 de março de 2013.

Foi precisamente durante o período do Estado Novo que se deu a massificação da divulgação da imagem do governo, através do uso de uma forte propaganda estatal. A propaganda foi utilizada de forma ostensiva, a fim de transformar a imagem de um regime autoritário em um regime de feições democráticas, uma “democracia social”. Seus principais objetivos estavam atrelados à defesa da unidade nacional, do bem estar do povo brasileiro, principalmente do trabalhador nacional, concebido como o responsável pelo progresso da nação, e ao desenvolvimento econômico e industrial do Brasil. É nesse contexto, marcado pelo esforço de afirmação da política do Estado Novo, que o DIP se constituiu como um dos principais mecanismos estratégicos do Governo Vargas. A propaganda política foi um poderoso instrumento usado pelo Estado na condução das massas. Através dela buscava-se conquistar o apoio dos diferentes setores da sociedade para servir de base para o exercício do poder.

A propaganda política constitui, pois, um elemento preponderante da política de massas que se desenvolveu no período de entre guerras com base nas críticas ao sistema liberal considerado incapaz de solucionar os problemas sociais. Nesses anos vivenciou-se, de forma genérica, uma crise do liberalismo. A Primeira Guerra e a Revolução Russa provocaram, segundo inúmeros autores, uma crise de consciência generalizada que, por sua vez, resultou em críticas à democracia representativa parlamentar individualista. O pensamento antiliberal e antidemocrático, de diferentes matizes, revelava extrema preocupação com a problemática das massas. (...) Mas, nessa época, outras vezes se levantaram colocando novas soluções para o controle popular: a fim de evitar a eclosão de revoluções, propuseram que o controle social fosse feito por meio da presença de um Estado forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas pelo caminho da ordem. Nesse contexto, a propaganda política foi considerada elemento importante de atração das massas na direção do líder.³

O recorte temporal aqui escolhido foi pensado a partir do nascimento e extinção da Revista Cultura Política no cenário nacional. Foi precisamente nesse período, compreendido entre os anos de 1941 a 1945, que esta publicação marcou presença nacionalmente, sendo a principal divulgadora do pensamento dos ideólogos estadonovistas. A revista acompanhou e divulgou realizações do governo Vargas, enalteceu as virtudes do novo regime, divulgou os conceitos importantes que deveriam ser reafirmados nesse novo tempo, deu visibilidade à imagem de líder político que Vargas ostentava, enfim, contribuiu para solidificar os

³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 43.

pressupostos de um governo autoritário através da exposição e publicidade de tudo o que fosse favorável ao regime e que representasse as transformações de progresso social, econômico e político vividos naquele momento histórico específico.

Diante das muitas possibilidades de se conduzir esse trabalho, optou-se por fazer uma amostragem, congregando as edições do ano de 1941, ano de início da circulação desse periódico, e as edições do ano de 1945, ano da deposição de Vargas e do fim do Estado Novo.

Foi realizada uma leitura ampla das edições dos anos acima mencionados da Revista Cultura Política. Após uma primeira varredura, e visando à realização desse trabalho no tempo estipulado, realizamos um recorte mais preciso. Assim, a fim de visualizar as semelhanças e diferenças entre os discursos publicados na Revista Cultura Política no período proposto, foram selecionados todos os artigos de conteúdo informativo, claramente contendo observações de cunho doutrinário do Estado Novo, elencando as realizações do governo Vargas. A maioria desses artigos se encontrava na seção *Problemas políticos e sociais*. Esta seção aparecia em primeiro lugar no sumário desse periódico nos primeiros anos, embora em alguns números, fora precedida pela transcrição de discursos do presidente. Nos anos finais de circulação da revista, 1944 e 1945, houve uma mudança na configuração do sumário e essa seção desapareceu. O sumário nesses últimos anos elencava as seções de forma simples, por exemplo, *Cultura, História, Política*. Dessa nova configuração da revista, foi dada ênfase às seções de política e cultura, pois de certa maneira englobavam conceitos presentes nas outras seções.

À medida que foram sendo relacionados e comparados, esses artigos demonstraram o perfil político de cada época. Tanto a fase de busca da afirmação e consolidação do regime, quanto a fase de declínio do Estado Novo puderam ser visualizadas, assim como a evolução da figura pública de Getúlio Vargas nesse período.

Notadamente, percebe-se que os discursos publicados nos anos iniciais da revista sofreram modificações nos dois anos que antecederam à queda do regime. Ao longo do tempo, particularmente, nos anos de participação efetiva do Brasil na Segunda Guerra Mundial, os discursos apresentavam tons mais brandos e conciliatórios, cujo conteúdo se remetia à constatação dos avanços econômicos e sociais do Brasil, englobando as numerosas conquistas nacionais, que eram apresentadas como fruto daquela política praticada em nome

da unidade nacional e do progresso. As realizações no campo do trabalho e no campo social eram valorizadas, reafirmando a luta do governo em proporcionar a melhoria das condições de vida dos brasileiros, contudo não foram as mais utilizadas nas páginas desse periódico. Os “avanços” no campo da condução da política interna, como por exemplo, a implantação de leis que beneficiavam a população ou que promoviam o desenvolvimento econômico, sem os entraves rotineiros do Congresso, marca dos velhos tempos, eram os mais valorizados.

Diante do exposto, procuramos, nas páginas a seguir, fazer um mapeamento generalizado do papel do DIP como elemento fundamental para a orientação dos brasileiros, tendo como pressuposto, os ideais estadonovistas expostos nas páginas da Revista Cultura Política. A partir da publicação dessa propaganda ideológica e do controle dos meios de comunicação, podemos perceber o quanto se fez para alicerçar na sociedade brasileira os pensamentos do regime.

Para tratar dessas questões, no primeiro capítulo realizamos um breve histórico sobre o período compreendido entre a Revolução de 1930 e a instauração do Estado Novo. Foram selecionados todos os principais acontecimentos que fizeram parte desse momento da história nacional. O capítulo faz referência à política do “café com leite”, ao movimento tenentista, à Revolução de 1930 e suas diferentes interpretações historiográficas, ao Governo Provisório, e ao Governo Constitucional de Vargas até o advento do Estado Novo.

O segundo capítulo aborda o Estado Novo e a propaganda desenvolvida neste período, dando ênfase ao trabalho desempenhado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda na divulgação da ideologia do Estado Novo. Nele discutimos a participação de intelectuais no Governo Vargas na difusão das ideias do projeto político-ideológico estadonovista, principalmente por meio da Revista Cultura Política.

O terceiro e último capítulo focaliza a fase final do Estado Novo, o enfraquecimento político do Estado, o surgimento de uma oposição mais concreta à Vargas, a queda do regime e a volta à democracia. Nele são discutidas as consequências da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, a mudança do discurso ideológico diante da iminente redemocratização do país e o fim do DIP e de seu aparato propagandístico.

Por fim, a conclusão vai apresentar uma pequena síntese do trabalho desenvolvido, procurando pontuar as principais ideias que permearam os capítulos, possibilitando uma visão

geral sobre o referido trabalho aos leitores.

Assim, diante do exposto, o presente trabalho pretende abordar o período do Estado Novo e a importância do Departamento de Imprensa e Propaganda para a divulgação nacional da política empreendida por Vargas.

Capítulo 1

Da Revolução de 1930 ao Estado Novo

Este capítulo tem por objetivo abordar, sinteticamente, o contexto político brasileiro da Primeira República até a instauração do Estado Novo, abrangendo assim, os principais momentos que foram importantes para a compreensão desse período. Será feito um balanço acerca do modelo político vigente, sobre o processo de escolha à sucessão presidencial, a ruptura desse pacto político que envolvia esse modelo, a eclosão da Revolução de 1930 e as diferentes interpretações historiográficas a seu respeito, além de apresentar muito sucintamente o que de mais relevante aconteceu durante o Governo Provisório e o Governo Constitucional de Vargas.

Com a Proclamação da República e, principalmente, após a adoção de uma Constituição inspirada no modelo liberal norte-americano em 1891, o Brasil tornou-se uma República federativa, o que garantia uma grande autonomia aos estados.

O federalismo implantado em substituição ao centralismo do Império, confere aos estados uma enorme soma de poder, que se distribui entre os estados e os municípios. Sobre esse princípio edifica-se a força política dos coronéis no nível municipal e das oligarquias nos níveis estadual e federal.⁴

Assim, desde o início da fase republicana no Brasil, havia uma disputa de poder muito grande no seio da oligarquia rural e isso refletia em todas as esferas políticas e administrativas do Brasil.

Uma síntese do quadro das relações entre municípios e estados, no período compreendido entre 1889 e 1898, quando Campos Sales assume a Presidência, aponta para uma série infindável de conflitos e confrontos, muitos deles violentos, nos estados, desde os primeiros momentos da vida republicana. Nos municípios travam-se lutas entre facções rivais, visando a obter o controle da política local e, via de regra, posicionar-se na condição de aliado da oligarquia que detém o poder no estado, seja ela uma pessoa, uma família ou um grupo de famílias, entrelaçadas por

⁴ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *O processo político na Primeira república e o liberalismo oligárquico*. IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2003, p. 93.

casamentos, alianças políticas, interesses econômicos ou controle de funções públicas. No nível do estado, a disputa entre facções oligárquicas é quase uma constante.⁵

Essa disputa política acirrada era fortemente observada quando era preciso indicar os sucessores à presidência, pois havia interesses de cada estado em jogo. A cada eleição presidencial os embates políticos eram inevitáveis. Esse quadro pôde ser atenuado a partir de um compromisso firmado entre o Presidente Campos Sales e os demais estados da federação. Denominada “Política dos estados” e conhecida como “Política dos Governadores”, esse pacto permitiu estabilizar as disputas políticas nas esferas federais e estaduais, dando ao Presidente uma melhor condição de governabilidade.

O compromisso recíproco entre Campos Sales e os governadores pressupõe que ele não interfira em assuntos de política estadual e que os governadores providenciem, em seus estados, resultados eleitorais que permitam a composição de um legislativo federal compatibilizado com as políticas de governo do presidente.

Para viabilizar esse acordo é preciso que os governadores, nos respectivos estados, consigam articular-se com os coronéis nos municípios para que saiam vitoriosas as chapas eleitorais organizadas pelo respectivo partido republicano estadual. Tornando-se, portanto, indispensável uma articulação positiva entre governadores e coronéis. São esses últimos a peça-chave na organização das eleições e na “garantia” de resultados favoráveis à situação dominante no seu estado.⁶

Mesmo após a adoção desse modelo político, a história brasileira da Primeira República nos permite visualizar um período de intensa instabilidade econômica e social e de grandes embates políticos, principalmente, nos momentos de escolha à sucessão presidencial.

Durante muito tempo, a produção historiográfica sobre a Primeira República deu uma preponderância à aliança entre Minas Gerais e São Paulo, possuidores das maiores bancadas no Congresso, como os estados que puderam sustentar esse pacto da Política dos Governadores, permitindo essa estabilidade no processo sucessório presidencial. Aliança esta que também ficou conhecida como “Política do café com leite”, em virtude de serem os maiores produtores desses produtos.

⁵ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *O processo político na Primeira república e o liberalismo oligárquico*. IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2003, p. 113.

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 117.

A historiografia brasileira pôde rever esse olhar sobre essa “Política do Café com Leite”. Esse novo olhar tem na historiadora Cláudia Viscardi⁷ a sua principal referência. Ao interpretar a “Política café com leite”, Claudia Viscardi defende que essa política nunca foi tão forte assim, pois havia sempre uma nova disputa e uma nova articulação política no jogo de interesses entre esses estados a cada eleição. Entretanto, a “Política café com leite” proporcionou certa estabilidade sucessória durante as primeiras décadas do século XX.

Contudo, Viscardi acrescenta que quando se aproxima a hora de indicar um nome para o sucessor do Presidente Washington Luís, há um rompimento desse pacto, pois o presidente não escolheu o nome de um político mineiro, como era de se esperar. O nome a ser indicado à sucessão deveria ser o do político mineiro Antônio Carlos, de acordo com a alternância estipulada na aliança Minas-São Paulo. No entanto, é indicado o nome de Júlio Prestes, outro paulista para disputar o cargo. Assim, estava rompido oficialmente o pacto “café com leite”.

A partir do rompimento da “política do café com leite”, foi iniciada uma corrida em busca da mobilização política necessária em torno de uma nova configuração de alianças visando à disputa presidencial.

Nesse momento, a oposição pode se reorganizar contando, agora, com o respaldo da oligarquia mineira. Dessa mobilização formou-se, então, um bloco com as principais figuras de expressão da época que englobava políticos mineiros, do Rio Grande do Sul e da Paraíba, membros da oligarquia dissidente como os ex-presidentes Artur Bernardes, Epitácio Pessoa e Venceslau Brás, e até mesmo nomes do Movimento Tenentista como Juarez Távora, Miguel Costa e Siqueira Campos. Esse bloco político, bastante heterogêneo, ficou conhecido como Aliança Liberal. A Aliança Liberal indicou para concorrer à disputa para Presidência da República o nome de Getúlio Dornelles Vargas, ex-ministro da Fazenda do Governo Washington Luís e Presidente do Rio Grande do Sul.

A acirrada disputa eleitoral foi agravada pela profunda crise econômica mundial provocada pela quebra, em outubro de 1929, da bolsa de Nova York. No final desse ano já havia centenas de fábricas falidas no Rio de Janeiro e em São Paulo, e mais de um milhão de desempregados em todo o país. A crise atingiu também as atividades agrícolas, especialmente a cafeicultura paulista, produzindo

⁷ Ver: VISCARDI, Cláudia M. R. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

uma violenta queda dos preços do café e liquidando o programa de estabilização do governo que vinha sendo implementado.⁸

A eleição presidencial que ocorreu em março de 1930 apontou o candidato do governo, Júlio Prestes, como o vencedor do pleito. Embora houvesse um acordo para que se respeitasse o resultado das urnas, um levante foi deflagrado em outubro desse mesmo ano.

Realizadas as eleições em março de 1930, o candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, foi derrotado. Enquanto alguns aliancistas reconheciam a derrota e davam a campanha por encerrada, outros decidiam preparar uma insurreição para chegar ao poder. A condução do movimento revolucionário ficou a cargo dos tenentes e de um grupo de políticos civis. Muitos deles, como Oswaldo Aranha, Pedro Ernesto, Virgílio de Melo Franco, Carlos de Lima Cavalcanti e João Neves Fortuna, por afinidade com as propostas tenentistas, passaram a ser conhecidos como os “tenentes civis”. Alguns militares legalistas, que haviam combatido as manifestações tenentistas da década anterior, como Góes Monteiro, também participaram dos preparativos do movimento revolucionário de 1930. A revolução eclodiu em outubro e, no dia 3 de novembro, Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório da nação. De imediato o congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais foram fechados, os governadores de estado depostos e a Constituição de 1891 foi revogada. Vargas passou a governar através de decretos-lei.⁹

De acordo com a historiografia sobre a Revolução de 1930, existem algumas interpretações que merecem ser mencionadas, pois elas constituem novos olhares sobre o pensamento histórico sobre esse evento importante. Podemos citar os nomes de Virgílio Santa Rosa, Nelson Werneck Sodré, Boris Fausto e Edgar de Decca, como os quatro principais autores que estudaram e interpretaram a Revolução de 1930 no Brasil, a partir de diferentes perspectivas.

Na interpretação de Virgílio Santa Rosa, cuja visão foi predominante até a década de 1950, a Revolução de 1930 foi uma revolução basicamente realizada pelas classes médias urbanas. O seu livro *O sentido do tenentismo*, de 1933, foi o primeiro trabalho realizado sobre a Revolução de 1930, a partir de um olhar sobre o movimento tenentista. O autor explica que a Revolução de 1930 é fundamentalmente uma revolução das classes médias, cujo braço armado era constituído pelos tenentes, procedentes dessa classe social. Para compreender o

⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 16.

⁹ PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, pp. 16 e 17.

período da Primeira República, o autor explica que havia uma oposição entre os setores médios urbanos, composto por funcionários públicos, pequenos comerciantes, profissionais liberais e os representantes da burguesia nacional, constituídos basicamente pelos latifundiários do café, grandes comerciantes e pelos setores ligados à indústria. Virgílio Santa Rosa elenca que os fatores que possibilitaram a Revolução de 1930 estão inseridos no quadro de disputa pelo poder político do Brasil, particularmente, pela sucessão presidencial de Washington Luís em 1929. Essa disputa política provocou uma cisão no seio das oligarquias dominantes. Com essa fissura, o conflito é instaurado, gerando a Revolução de 1930, que conta com a participação da classe média, pois obtém apoio de seu braço armado, o movimento tenentista. Nessa vertente, os setores médios urbanos e os tenentes tiveram atuação destacada e, conseqüentemente, são vistos como detentores do papel principal para a deflagração da Revolução de 1930.¹⁰

Outra linha interpretativa sobre a Revolução de 1930 é a desenhada no pensamento de Nelson Werneck Sodré. Segundo esse autor, a Revolução de 1930 representou a ascensão da burguesia industrial em oposição à dominação política. Sodré sustenta que existia uma oposição entre o setor cafeeiro, agrário-exportador, associado ao imperialismo internacional, e o setor da burguesia nacional, cujos interesses eram voltados para o mercado interno. Esses dois blocos entraram em choque, pois os interesses divergiam. A Revolução de 1930 foi o resultado de uma “brecha na classe dominante que, ao cindir-se, permitiu a composição de uma de suas frações (a burguesia industrial) com os setores médios urbanos e sua ascensão ao aparelho do Estado.”¹¹

O historiador Boris Fausto, em seu livro *A Revolução de 1930: história e historiografia*, apresenta uma perspectiva alternativa para explicação desse fato histórico. Ele diverge dessas duas interpretações anteriores. Para esse autor, é muito perigoso pensar em classe média na Primeira República, dada a dificuldade caracterizar essa classe social em

¹⁰ Ver: ROSA, Virgílio Santa. *O sentido do tenentismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

¹¹ FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2003, p. 408.

função da heterogeneidade dos grupos que a compõe. De acordo com Boris Fausto, a classe média teria se desenvolvido à sombra da burguesia cafeeira, devido à dependência econômica do comércio em torno do café. Outro argumento que consolida sua visão é em relação à origem social dos tenentes. Para ele, também é difícil afirmar que os tenentes eram oriundos da classe média, pois havia muitos deles que vieram das classes mais humildes, encontrando no meio militar uma oportunidade de ascensão social.

Também, segundo Boris Fausto, não havia distinção entre a burguesia cafeeira e a industrial, porque ambas não tinham interesses antagônicos. O capital que fomentava a indústria era originário do café. Tanto que essas burguesias dão apoio ao candidato indicado por Washington Luis, o paulista Júlio Prestes e não à candidatura de Getúlio Vargas. Assim, para Boris Fausto, a Revolução de 1930 foi produto de uma ruptura intra-oligárquica, acrescida do potencial desestabilizador gerado pelos tenentes, desgostosos com os rumos da nação, mais a fraqueza proveniente da burguesia industrial.

De acordo com ele, a Revolução de 1930 representou o fim da hegemonia da oligarquia do café e deu início a uma participação mais incisiva por parte do Estado nos rumos do país, mesmo o café continuando a ser o principal produto de exportação do Brasil. O Estado pós-1930, por exemplo, amplia o poder central pela intervenção, desarticula os movimentos operários, e procura atender aos interesses da classe média e dos setores industriais. Para obter apoio, a solução encontrada foi o estabelecimento de um pacto, o chamado “Estado de Compromisso”, o qual permitiria ao Estado abrir-se às demandas de vários segmentos sem, no entanto, se subordinar a nenhum deles.

Para se entender o significado do *Estado de Compromisso* é preciso remontar a própria composição da Aliança Liberal.

Os vitoriosos de 1930 formavam um grupo bastante heterogêneo, tanto do ponto de vista social como do ponto de vista político. Se o combate às oligarquias tradicionais era o que se poderia chamar de um objetivo em comum, o mesmo não pode dizer em relação às expectativas dos diferentes atores envolvidos no movimento. Assim, enquanto os setores oligarcas dissidentes mais tradicionais desejavam um maior atendimento à sua área e maior soma de poder, com um mínimo de transformações; os quadros civis mais jovens almejavam a reforma do sistema político; os tenentes defendiam a centralização do poder e a introdução de reformas sociais; e os setores vinculados ao Partido Democrático (PD) tinham como meta o controle do governo paulista, além da efetiva adoção de princípios liberais. Como nenhuma classe ou fração de classe ascende em caráter exclusivo ao Estado o que se observa no pós-trinta é um reajuste nas relações internas dos setores dominantes. O *Estado de Compromisso*, neste sentido, nada mais é do que um Estado que se abre a todas as pressões sem se subordinar necessariamente a nenhuma delas. Suas principais características são uma maior centralização com a

subordinação das oligarquias ao Poder Central, a ampliação do intervencionismo que deixa de ser restrito à área do café, além do estabelecimento de certa racionalização na utilização de algumas fontes fundamentais de riqueza pelo capitalismo internacional (FAUSTO, 1970, p. 109 -110).¹²

Além dessas diferentes correntes interpretativas dos três autores mencionados anteriormente, há ainda uma outra linha, inaugurada nos anos 1980, que desloca o marco histórico da Revolução de 1930 para dois anos antes, ou seja, para 1928. Segundo essa linha de pensamento, foi a criação do Bloco Operário Camponês (BOC), e não a própria Revolução de 1930, que pode ser estabelecida como o marco histórico do movimento revolucionário.

Edgar de Decca, em *1930: O Silêncio dos Vencidos*, discorre sobre a maneira que a história oficial, a dos vencedores, se esqueceu de contar e, principalmente, de incluir a importância do movimento operário na explicação sobre o processo histórico do período. Os vitoriosos construíram uma história oficial, esforçando-se em apagar a história da mobilização operária brasileira. O autor não vê a cisão entre as classes dominantes, nem o poder dos tenentes e nem os supostos interesses da classe média como fatores que desencadearam a Revolução de 1930. A Revolução teria sido uma medida preventiva contra o crescimento do movimento operário que começava a incomodar o predomínio exercido pela burguesia no Brasil. A criação do BOC seria a explicitação dessa luta de classes presente no Brasil no final da década de 1920. O objetivo central de Edgar de Decca é resgatar a importância da ação política do movimento operário no período.¹³

Vitoriosa a Revolução, o período compreendido entre novembro de 1930 até julho 1934 ficou conhecido como Governo Provisório, período este que também foi bastante tumultuado e repleto de episódios que demonstraram descontentamentos em relação às decisões tomadas pelo governo federal. Getúlio Vargas foi indicado pela Junta Provisória e inicia sua trajetória como presidente do Brasil pós-revolução.

As disputas ideológicas prontamente apareceram entre diferentes atores políticos. A nova conjuntura para o exercício do poder estava sendo discutida entre aqueles que tomaram

¹² FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, pp. 21 e 22.

¹³ Ver: DECCA, Edgar de. *1930: o silêncio dos vencidos. Memória, história e revolução*. 6ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

parte na Revolução de 1930.

Cedo começaram os embates entre os diversos grupos que tinham participado da Aliança Liberal. Uma das principais divergências foi sobre o tempo de duração do Governo Provisório. Enquanto alguns desejavam a instalação imediata da democracia, outros afirmavam que o retorno a uma ordem democrática só deveria ocorrer após a promoção das reformas sociais. Para os tenentes e seus aliados civis, o processo revolucionário iniciado em 1930 ainda não havia conseguido dismantlar os alicerces do poder oligárquico, profundamente enraizados na sociedade brasileira. Portanto, num curto prazo, qualquer eleição seria permeada pelos mesmos desvios que marcaram o jogo político ao longo da República Velha.

Disputas também ocorriam em torno do modelo de Estado a ser implantado no país. Inspirados no pensamento de autores como Oliveira Vianna e Alberto Torres, os tenentes, favoráveis a um regime forte e apartidário, queriam um Estado centralizador de orientação nacionalista e reformista. Propunham medidas como a exploração estatal do petróleo, a instalação de uma indústria siderúrgica nacional, a nacionalização das minas e demais recursos naturais e a estatização dos núcleos fundamentais da infra-estrutura econômica. Já os “oligarcas dissidentes”, sobretudo os representantes dos estados mais fortes da federação, defendiam propostas liberais e federativas: tentavam limitar os poderes da União e conquistar mais autonomia para o poder estadual.¹⁴

No campo político e econômico, um sistema de intervenções marcou o início do Governo Provisório visando à centralização do poder. Muitos dos Interventores indicados e nomeados pelo próprio Presidente estiveram vinculados ao movimento tenentista.¹⁵ Vargas procurava reforçar a centralidade do poder federal e cada vez mais diminuía a autonomia dos estados.

Paralelamente, durante os anos do Governo Provisório foram realizadas várias medidas que tentavam angariar a simpatia das massas trabalhadoras. Buscava-se uma boa imagem do Governo perante à população. Essas medidas visavam também popularizar a figura de Vargas. Segundo a historiadora Dulce Pandolfi, a área social foi contemplada com os seguintes investimentos:

Ainda em novembro de 1930 foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, chamado Ministério da Revolução, e o Ministério da Educação e Saúde Pública. À exceção do salário mínimo, que será regulamentado durante o Estado Novo, entre 1931 a 1934 foi promulgada uma série de decretos e leis de proteção ao trabalhador. A jornada de trabalho no comércio e na indústria foi fixada em oito horas, o trabalho da mulher e do menor foi regulamentado; adotou-se

¹⁴ PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, pp. 17 e 18.

¹⁵ O tenentismo recebeu esta denominação porque as principais figuras deste movimento eram capitães e tenentes, oficiais de nível intermediário do Exército.

uma lei de férias; foi instituída a carteira de trabalho e o direito a pensões e aposentadorias.¹⁶

Ao mesmo tempo em que promulgou a legislação trabalhista, procurado regulamentar o trabalho urbano no Brasil, o Governo Provisório não descuidou da ação de controlar os sindicatos. O Governo conseguiu atrelar esses benefícios proporcionados pelas leis trabalhistas à condição dos trabalhadores estarem sindicalizados, mesmo essa sindicalização não sendo obrigatória. Assim, para que a massa trabalhadora urbana obtivesse direto à proteção dessas leis que regulamentavam o trabalho, na prática os trabalhadores deveriam estar filiados ao sindicato único por categoria profissional. Este sindicato por sua vez era tutelado e também controlado pelo Estado.

Sintoma dessa fase de instabilidade, em julho de 1932 ocorreu a chamada “Revolução Constitucionalista”. O estado de São Paulo se achava prejudicado e estava insatisfeito com os rumos tomados após a Revolução de 1930, contestando o regime centralizador que Vargas propusera quando assumiu o Governo Provisório. Os paulistas se lançaram em uma guerra civil contra o governo federal. São Paulo contava com o apoio e adesão de sua população, entretanto não obteve apoio oficialmente de outros estados. Recebeu, contudo, algumas significativas adesões de líderes gaúchos e mineiros, por exemplo, Artur Bernardes de Minas Gerais e Borges de Medeiros, representando o Rio Grande do Sul. O movimento durou aproximadamente três meses e no dia dois de outubro foi debelado.¹⁷

Diante das muitas inquietações políticas vivenciadas até então, o Governo Provisório caminhou em direção às aspirações de reconstitucionalização do país. Foram realizadas as eleições de 1933 para definir a composição dos membros que fariam parte da Assembléia Constituinte. No ano seguinte, em 16 de julho de 1934, uma nova Constituição Brasileira foi promulgada.

Inovadora em muitos aspectos, a Constituição de 1934 atendia aos anseios liberais democráticos presentes no ideário da Revolução de 30. Na realidade ela propunha um modelo de Estado mais liberal e menos centralizador que desejava Vargas. Embora limitasse a autonomia financeira dos estados, o regime federativo ficava assegurado. No capítulo sobre a Ordem Econômica e Social sancionou-se o

¹⁶ PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2003, p. 19.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 25.

intervencionismo do Estado em assuntos econômicos e sociais. O fortalecimento do Estado, no entanto, não podia ser confundido com o poder intervencionista do Executivo federal, questão central para muitos dos revolucionários de 30. Neste sentido, os representantes liberais da Constituinte conseguiram assegurar o predomínio do Legislativo no sistema político e fazer dele um instrumento para inibir o avanço do Executivo.¹⁸

O texto da Constituição de 1934 contempla alguns avanços que dizem respeito aos direitos políticos, como por exemplo, o direito ao voto para homens e mulheres maiores de dezoito anos de idade e eleições diretas para Presidente, Governadores e Prefeitos, cujos mandatos seriam de quatro anos, não havendo reeleição.

Imediatamente, no dia seguinte após a promulgação da Constituição de 1934, Vargas foi eleito de maneira indireta, pelos deputados membros da Assembléia Nacional Constituinte, para assumir o cargo de chefe do Executivo Federal. Contudo, o mesmo texto constitucional deixava claro que ele não poderia concorrer como candidato à Presidência da República no pleito marcado para 1938.

O período do Governo Constitucional de Vargas, assim como o período anterior, também foi pródigo em acontecimentos políticos. Com o retorno do Brasil ao regime democrático e o restabelecimento da ordem legal, houve uma participação mais ativa na vida política nacional. Os movimentos sociais estavam se fortalecendo e começavam a aparecer nacionalmente. O processo político tendeu a se radicalizar, principalmente, após o acirrado combate de duas das mais expressivas entidades que se rivalizavam quanto à linha de pensamento político: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

A Ação Integralista Brasileira, capitaneada por Plínio Salgado, inspirava-se no fascismo italiano. Possuía uma estrutura organizacional nos moldes paramilitares. Seus membros usavam uniformes, por isso eram conhecidos como os “camisas-verdes”. Adotaram um símbolo, o sigma (Σ), um lema, “*Deus, Pátria e Família*”, e uma saudação de inspiração indígena chamada “*Anauê*”. O Integralismo era essencialmente nacionalista e pregava o

¹⁸ PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2003, p. 29.

moralismo. Defendia a integração do Estado e da sociedade numa única e forte agremiação, a própria AIB. Conseguiu a adesão de muitos militares e muitos membros da Igreja católica, e procurou dar apoio a Vargas, principalmente, na luta contra o fantasma do comunismo.¹⁹

Antagonicamente, a Aliança Nacional Libertadora, cujo presidente de honra era o líder comunista Luís Carlos Prestes, possuía em suas fileiras diversos nomes ligados ao tenentismo, como Miguel Costa, Hercolino Cascardo e Agildo Barata, por exemplo. A ANL foi formada com base nas frentes populares europeias, a fim de impedir o avanço do nazifascismo. Tinha como plataforma de ação a luta pela reforma agrária, a luta em favor das liberdades públicas e a luta contra o imperialismo internacional. Conseguiu a adesão de muitos simpatizantes pelo Brasil, contudo foi declarada ilegal em julho de 1935, meses após a sua fundação. Seu lema era “*Pão, Terra e Liberdade*”. Exerceu, mesmo na clandestinidade, uma forte oposição ao governo Vargas. Sofreu uma enorme repressão, assim como todos os que se opunham ao regime.²⁰

O Governo Constitucional de Vargas foi marcado por várias greves em 1935, que teve como resultado a votação e aprovação no Congresso da Lei de Segurança Nacional.

Vários movimentos de revoltas foram articulados e deflagrados em diversos estados objetivando a derrubada do governo em novembro. Todos eles foram suprimidos. Esse episódio ficou conhecido historicamente como Intentona Comunista.²¹

A Intentona Comunista foi o levante mais importante organizado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), cujo membro mais significativo era o ex-tenente Luis Carlos Prestes, personagem marcante quando se quer falar do movimento comunista no Brasil.

A polícia política recrudescceu a sua atuação e o comunismo foi elevado ao patamar de inimigo público número um do país. A prisão de diversos membros ligados a ANL e de lideranças comunistas, além da apreensão de diversos documentos que comprovavam a subversão da ordem legal, deram as justificativas necessárias para que Vargas decretasse o Estado de Guerra, suspendendo todas as garantias constitucionais consideradas prejudiciais à

¹⁹ Para uma análise sobre o Integralismo ver Helgio Trindade.

²⁰ Para uma análise sobre a ANL ver Anita Prestes.

²¹ Ver: VIANA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

segurança nacional. O Estado de Guerra que vigorou desde março de 1936 a meados de 1937, permitiu que Vargas governasse com poderes soberanos e que a ação repressiva contra os opositores do Estado se tornasse ainda mais forte e violenta.

Foi nesse clima de intensa efervescência nacional que as expectativas políticas estavam caminhando para a eleição presidencial que ocorreria em 1938. Eleições estas que Getúlio Vargas estava impossibilitado de concorrer por força constitucional.

A eleição para presidente da República estava prevista para janeiro de 1938, devendo ocorrer na mesma data eleições para o Senado e para a Câmara Federal. Logo após a posse dos eleitos, seriam escolhidos, também pelo voto direto, os Governadores de estado. Segundo a Constituição vigente, o presidente em exercício não poderia ser reconduzido ao poder. Legalmente, portanto, só através de uma reforma constitucional, para qual seria necessário o apoio de dois terços do Congresso, tornava-se possível a reeleição ou a prorrogação do mandato de Getúlio Vargas.²²

Getúlio Vargas mantinha silêncio sobre sua indicação e apoio ao seu sucessor. Os presidenciáveis articulavam as possíveis alianças visando o pleito. Tudo parecia caminhar para uma disputa acirrada. Entretanto, uma dúvida ainda pairava no ar e perturbava o sono dos políticos. Um temor comum assolava a todos: o medo de não haver eleições.

Era emblemática a posição de Vargas, principalmente, porque não havia indicado ainda seu sucessor, porque evitava com várias desculpas falar sobre o assunto, porque continuava mantendo o Estado de Guerra e ainda, porque prosseguia com a política repressiva e intervencionista nos estados. As atitudes de Vargas colaboravam e proporcionavam essa inquietação a partir dos sinais apresentados. Ele ainda sonhava em permanecer no poder. A questão que se colocava nesse momento era: Como faria isso?

Os meses foram se sucedendo, alguns possíveis nomes de candidatos foram ganhando forças, outros vendo sucumbir suas pretensões. Enquanto isso, Vargas articulava secretamente com os militares a possibilidade de permanência no poder. Para isso, também contava com o apoio dos Integralistas, particularmente, de Plínio Salgado.

Embora tivesse sido o primeiro a se inscrever como candidato à presidência no pleito

²² CAMARGO, Aspásia. *O Golpe Silencioso. As origens da república corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989, p.101.

que ocorreria em 1938, Plínio Salgado viu sua candidatura ser esvaziada após ocorrerem incidentes com mortes em São Paulo, em Porto Alegre, no Distrito Federal e o mais grave de todos na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, onde treze pessoas foram mortas. Esses incidentes decretaram a saída de Plínio Salgado da disputa.

A fim de manter o rumo quanto a permanência no poder, foi articulado uma estratégia que contava com a participação do próprio presidente, da cúpula militar e de pessoas ligadas ao regime. Foi posto em prática a divulgação do “Plano Cohen”.

O Plano Cohen, apresentado à Nação pelos chefes militares como um plano comunista oriundo do Komintern, surgiu no Estado-Maior do Exército, de onde foi encaminhado, através do general Góes Monteiro, ao presidente da República, ao Ministro da Guerra, ao chefe de polícia, aos principais comandos militares e à imprensa. Distribuído pela Casa Militar através do departamento de Propaganda, o documento chegou aos jornais no dia 29 e apareceu com destaque no dia 30 de setembro. Seu texto foi inclusive divulgado em capítulos pela *Hora do Brasil*. Com esta divulgação, pretendia-se pôr a nação a par “do tenebroso plano organizado pelos dirigentes do Partido Comunista russo, no qual estão previstos desde depredações e incêndios, até o desrespeito à honra e aos sentimentos mais íntimos da mulher brasileira.”²³

Na realidade, esse suposto “plano comunista” era uma parte de uma documentação que fora elaborada pelo Capitão do Exército Olímpio Mourão Filho. O Capitão Mourão Filho foi o criador do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira e era o então chefe do Estado-Maior da sua milícia.

O Plano Cohen abriu caminho para que Vargas pudesse eleger mais do que nunca o comunismo como o elemento a ser combatido. Decretou mais uma vez o Estado de Guerra, suspendeu-se a imunidade parlamentar e a imprensa foi colocada sob censura. As consequências dessas medidas vieram a interferir sobremaneira na corrida presidencial, que experimentou um sensível abatimento, chegando até a parar em virtude da permanência do Estado de Guerra.

Em 10 de novembro de 1937 foi finalmente desferido o derradeiro golpe para a permanência de Vargas no poder. O Senado e a Câmara foram dissolvidos, assim como as demais Assembleias legislativas e câmaras municipais. Uma nova Constituição foi promulgada. Uma nova forma de governar foi imposta. Um novo regime surgia.

²³ CAMARGO, Aspásia. *O Golpe Silencioso. As origens da república corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989, p.214.

A implantação do Estado Novo veio a atender aos anseios e aspirações de Getúlio Vargas em se perpetuar no poder como presidente do Brasil e assim exercer, sem oposição e com poderes quase ilimitados, seu plano para o desenvolvimento do país. A máquina governamental seria usada como nunca antes na história do Brasil para tentar inserir uma nova ideologia política, social e econômica ao povo brasileiro.

Com a implantação do Estado Novo, Vargas cercou-se de poderes excepcionais. As liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido, os partidos políticos extintos. O comunismo transformou-se no inimigo público número um do regime, e a repressão policial instalou-se por toda parte. Mas, ao lado da violenta repressão, o regime adotou uma série de medidas que iriam provocar modificações substantivas no país. O Brasil, até então, basicamente agrário e exportador, foi-se transformando numa nação urbana e industrial. Promotor da industrialização e interventor nas diversas esferas da vida social, o Estado voltou-se para a consolidação de uma indústria de base e passou a ser o agente fundamental da modernização econômica. O investimento em atividades estratégicas, percebido como forma de garantir a soberania do país, tornou-se questão de segurança nacional. Fiadoras do regime ditatorial, as Forças Armadas se fortaleceram, pois, além de guardiãs da ordem interna, passaram a ser um dos principais suportes do processo de industrialização. Com medidas centralizadoras, Vargas procurou diminuir a autonomia dos estados, exercendo assim maior controle sobre as tradicionais oligarquias regionais. Buscando forjar um forte sentimento de identidade nacional, condição essencial para o fortalecimento do Estado nacional, o regime investiu na cultura e na educação.²⁴

Desse modo, começa um novo e importante capítulo da história do Brasil, que será marcado como sendo um período repleto de simbolismo, do uso da máquina pública, do início do desenvolvimento industrial, do fortalecimento das Forças Armadas, da centralização do poder federal, da política de valorização da figura do trabalhador brasileiro, enfim, de tudo o que permitiu a projeção de Vargas como o principal personagem desse período histórico.²⁵

²⁴ PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.10.

²⁵ Ver CAPELATO, Maria Helena Rolim. *ESTADO NOVO: Novas Histórias*. IN: FREITAS, Marcos Cêzar de (Org); SOUZA, Laura de Mello e. *Historiografia Brasileira em perspectiva*. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2005.

Capítulo 2

Estado Novo e Propaganda

Este capítulo tem como objetivo principal mostrar como foi trabalhada a estratégia propagandística desenvolvida no governo Vargas por intermédio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo, particularmente, no período que vai de 1941 a 1945. Para o desenvolvimento desse capítulo foi utilizada como fonte de pesquisa a Revista Cultura Política, periódico mensal produzido pelo DIP.

O Estado Novo é um período muito revisitado por pesquisadores. Em fins dos anos 1970 e inícios da década de 1980, em particular, foi produzido um significativo número de trabalhos, visando a compreender as bases do autoritarismo no Brasil. Esse movimento foi impulsionado, em parte, pelos movimentos sociais, que aparecem no cenário político nacional.

Em meio a essa produção, alguns historiadores começam a priorizar o campo do trabalho em suas pesquisas, tentando recuperar aspectos da resistência dos operários ou mesmo a aceitação durante os anos 1930. Um dos trabalhos importantes realizados a partir dessa perspectiva é o de Ângela de Castro Gomes. Em sua tese *A invenção do trabalhismo*, Ângela Gomes procura explicar a adesão da massa de trabalhadores à política desenvolvida por Vargas a partir de uma visão de “dupla lógica” no processo de formação da classe trabalhadora nacional. De acordo com a autora, que rejeita a ideia de mera manipulação, havia uma espécie de pacto implícito entre o governo e o operariado nacional. Os trabalhadores eram atendidos pelo governo nas suas reivindicações trabalhistas e, em contrapartida, Vargas conseguia a adesão do operariado nacional para o desenvolvimento de sua política.

Isso foi mais do que uma simples relação em dar, receber e retribuir entre o Estado e os trabalhadores, que Ângela de Castro Gomes observou nas falas do Ministro Marcondes Filho e nos artigos da Revista Cultura Política, que apresentavam essa relação entre o povo e o presidente com sendo “uma resolução da questão social no Brasil, questão que, ignorada até a década de 30, manchava nossa tradição republicana e impedia qualquer tipo de contato real

entre governantes e governados”.²⁶ Além disso, essa relação também foi considerada nesses discursos como uma relação de doação, através da clarividência de Vargas, que se antecipava às demandas sociais dos trabalhadores.

A relação que fundava o Estado era aquela entre o povo e o presidente, que legislou sobre o problema síntese da nacionalidade: o problema social. Porém, o que o discurso punha em relevo particularmente era a forma como esta questão foi resolvida, o que acabava por determinar a forma pela qual a relação povo/presidente se efetuava. Neste sentido, seu ponto nodal estava na construção do que se convencionou chamar na literatura sobre questão social “*ideologia da outorga*”(Vianna, 1978). Ou seja, a legislação social brasileira, instrumento mediador por excelência das relações entre governantes e governados, foi outorgada pela personalidade clarividente do chefe do Estado ao seu povo.²⁷

Entretanto, segundo essa autora, não se pode ver simplesmente como um ato de doação e retribuição a legislação trabalhista, é preciso estar atento ao que isso significava na prática para o Estado. Por isso, ela nos apresenta essa ideia de dupla lógica em sua obra:

Segundo a proposta deste trabalho, uma espécie de dupla lógica presidiu este processo, e foi através de sua combinação que ele teve operacionalização. De um lado, uma lógica material/organizacional de tipo olsoniano, pela qual são os interesses nos benefícios trazidos pelo novo direito social, em especial o trabalhista, que explicam a adesão dos trabalhadores. De um lado, uma lógica simbólica de formação e mobilização de identidade, mas não do tipo da “lógica de solidariedade” prevalente na “palavra operária”. No caso da “palavra do Estado”, tratava-se de uma “lógica de reciprocidade” que relia as demandas e valores dos trabalhadores, transformando seu atendimento num ato de “pura dádiva”, isto é, de generosidade, que reclamava implicitamente reciprocidade. A adesão dos trabalhadores, e não meramente sua submissão ou manipulação, sancionou um pacto pelo qual o Estado e classe trabalhadora se reconheciam como termos interessados na consecução de um novo sistema de ordem não mais autoritário. Este pacto foi tanto uma ação instrumental destinada a obter certos resultados substantivos, quando uma ação expressiva pela qual ocorreu o reconhecimento dos atores nele envolvidos.²⁸

Além da obra citada, o livro *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*, de Jorge Ferreira, também estuda os trabalhadores e sua relação com o Estado entre os anos de 1930 e 1945. Nesse trabalho, Jorge Ferreira também percebe os trabalhadores como sujeitos da história, possuidores de alguma autonomia nessa relação com o Estado. Ao analisar o primeiro governo Vargas, dando ênfase para o estudo das ideias, costumes e táticas usadas

²⁶ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 226.

²⁷ Idem, *Ibidem*, p. 227.

²⁸ Idem, *Ibidem*. p. 301.

pelos grupos sociais, Ferreira buscou compreender as possíveis razões que permitiram o pacto entre os trabalhadores e Vargas no Estado Novo. Partindo do pressuposto de que havia um reconhecimento por parte dos trabalhadores em relação a Vargas, argumenta que não se pode construir um mito somente pela visão da propaganda da máquina estatal. Em outros termos, era indispensável haver uma proximidade entre as partes, entre Vargas e o povo.

A tese de Ângela de Castro Gomes é também um instrumento importante para se pensar no papel desempenhado pelos meios de comunicação na construção de uma identidade coletiva e na edificação da imagem política de Vargas no período do Estado Novo.

Conforme observa Maria Helena Capelato, em artigo na qual inventaria a produção relativa ao período, nos anos de 1980, os estudos que tinham como objeto o Estado Novo, apresentaram algumas características bem particulares.

A hipótese de que, nos anos 80, os historiadores se voltaram para os estudos sobre o Estado Novo tendo em vista as dificuldades de consolidação da democracia, confirma-se quando se leva em conta as novas questões postas para o estudo do período. Essas questões motivaram a escolha de novos objetos e a busca de fontes inéditas, importantes para a compreensão do fenômeno sob outros ângulos; novidades exigiram um tratamento teórico e metodológico adequado ao exame dos materiais de pesquisa. O diálogo com a historiografia internacional auxiliou na elaboração de instrumentos adequados para as análises. A história política relacionada à cultura foi privilegiada nesse retorno ao Estado Novo.²⁹

Outra obra de referência produzida nesse contexto é o livro *Estado Novo: ideologia e poder*, publicado em 1982, por Ângela de Castro Gomes, Lúcia Lippi Oliveira e Mônica Pimenta Velloso. Considerada um marco na historiografia sobre o tema, na obra são questionadas visões consagradas a respeito de o governo Vargas e analisados os princípios doutrinários que foram estabelecidos no Estado Novo.

Os artigos exploram temas como a contribuição dos intelectuais na construção doutrinária do Estado Novo, a natureza do estado nacional que se fundamenta na ideia de democracia social e justiça social, a relação entre cultura e poder político, e o significado das oposições liberdade/controle social, indivíduo/coletividade, autoritarismo/democracia, cidadania/trabalho. A grande receptividade do trabalho se explica pela conjuntura vivida nos anos 80 e pela novidade das questões

²⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *ESTADO NOVO: Novas Histórias*. IN: FREITAS, Marcos César de (Org); SOUZA, Laura de Mello e. *Historiografia Brasileira em perspectiva*. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 191 e 192.

apresentadas.³⁰

Nesse movimento, em que os historiadores revisitam o Estado Novo, a censura e a propaganda também foram objetos de estudo. O Departamento de Imprensa e Propaganda foi analisado por Silvana Goulart em seu livro *Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. Essa autora fez uma pesquisa meticulosa sobre o controle da comunicação social por parte do governo Vargas, no qual explicita o grau de organização desse órgão destinado a difundir o projeto político-ideológico estadonovista, “visando criar uma base social capaz de conferir legitimidade às propostas de unidade nacional, de harmonia social, de intervencionismo econômico e de centralização política”³¹.

Também percorrendo essa linha de pesquisa sobre propaganda e ideologia, o historiador Luis Reznik apresenta, em 1992, a sua dissertação de Mestrado, *Tecendo o amanhã (a história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos. 1931 a 1945)*. Nesse trabalho, o autor procurou identificar, dentro de um processo de educação nacional, a ideologia do regime Vargas disseminada por meio dos livros didáticos, os quais foram usados como instrumento de propaganda do Estado Novo.

Já Alcir Lenharo, a fim de estudar a construção do imaginário coletivo no Estado Novo, pesquisou as imagens, os textos políticos e literários produzidos nesse período. Em seu livro *A Sacralização da política*, tentou desvendar os mistérios que cercavam a construção do mito Vargas na política nacional, enfocando os mecanismos que procuravam dar legitimidade àquele Estado por intermédio do uso de dispositivos que permitiram a dominação.

Após esse breve e importante panorama historiográfico sobre algumas obras relacionadas ao Estado Novo e à busca de legitimação do regime estabelecido por Vargas, podemos adentrar mais precisamente na questão do uso da propaganda política no Estado Novo.

Ao ser instituído o Estado Novo, Vargas lançou mão de diferentes expedientes para conseguir implementar seu projeto político. Para isso, uma das mais eficientes táticas

³⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *ESTADO NOVO: Novas Histórias*. IN: FREITAS, Marcos César de (Org); SOUZA, Laura de Mello e. *Historiografia Brasileira em perspectiva*. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 192 e 193.

³¹ Idem, *Ibidem*, p. 194.

começou a ser usada de forma ostensiva e com empenho pela máquina governamental. Estamos falando do uso da propaganda política como instrumento de persuasão e afirmação.

A propaganda política entendida como fenômeno da sociedade e da cultura de massas adquiriu enorme importância nas décadas de 1930 – 1940, quando ocorreu, em âmbito mundial, um avanço considerável dos meios de comunicação. A propaganda nazista teve enorme impacto não só na Europa, mas também na América.³²

A propaganda política é uma arma que tem como fundamento básico a sedução e a busca pela simpatia, a fim de adquirir a atração das massas. Ela se aproveita do uso das imagens e dos símbolos de uma determinada cultura, que estão incorporados ao imaginário social, para que eles possam ser usados como elementos a serem enaltecidos, visando conseguir essa sedução social.³³

A monopolização dos meios de comunicação possibilita que a propaganda política seja usada sem escrúpulos para a consecução dos objetivos de um governo, pois tanto o uso da censura quanto o uso da própria propaganda, podem contribuir para que se alcance algum controle sobre as massas.

A institucionalização de um instrumento capaz de se valer de técnicas sofisticadas, dentro de uma concepção de pleno controle das mídias nacionais, foi o maior trunfo do Governo Vargas para popularizar o seu regime e, conseqüentemente, a sua imagem junto ao povo brasileiro. Foi através do uso da propaganda que o regime inaugurado por Vargas, em novembro de 1937, pode buscar a legitimação, pois o golpe foi dado sem qualquer participação da população, apenas com o apoio dos militares.

Ao propor a construção de uma nova sociedade, pautada na união e na harmonia de todos os brasileiros, Vargas não permitiu que se criassem espaços políticos ou sociais divergentes. Para que isso ocorresse, a propaganda do governo foi fundamental, pois colaborou para evitar sobressaltos e manifestações de possíveis opositores.

³² CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 39.

³³ Maria Helena Rolim Capelato elenca as possibilidades do uso da propaganda política e faz uma abordagem interessante na Introdução do seu livro “*Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*”, que estuda a propaganda utilizada para disseminar valores, construir identidades, como política de massas, como representação política.

O Estado, ao obter o monopólio dos meios de comunicação, buscou eliminar qualquer propaganda adversa. Isso possibilitou que o projeto político-ideológico varguista tivesse uma difusão bastante abrangente, proporcionando, assim, criar as bases necessárias para a legitimação do regime.

O Estado Novo foi muito rico em produzir símbolos e objetos destinados a propaganda varguista. Foram muitos retratos, desenhos e cartazes, por exemplo, que continham a figura de Vargas. O uso desse subterfúgio reforçava a imagem do presidente perante a sociedade, buscando conquistar uma popularidade em todo território nacional.

Os elementos considerados negativos e nocivos para o regime, como por exemplo, o comunismo, a “República Velha” e a democracia liberal, eram mostrados sempre de forma pejorativa. Todos os mais graves defeitos eram elencados e reforçados, a fim de não mais serem aceitos na nova sociedade que germinara a partir do Estado Novo.

Ao contrário, os novos conceitos referentes a essa nova era que surgia eram constantemente exaltados. A partir da ideia de oposição a tudo o que estava vinculado ao período anterior, antes do Estado Novo, diversas conceituações foram sendo introduzidas no discurso estadonovista: “uma nova república havia emergido”; “um novo e melhor regime havia sido implantado no Brasil para promover o desenvolvimento nacional”; “uma nova sociedade brasileira, unida e harmônica, sob a liderança de seu líder, surgiu para dar conta desse novo Brasil que estava sendo construído”. Tais conceitos se transformaram em algumas das principais bandeiras desse discurso ideológico.

A democracia social brasileira, projeto político do Estado Novo, é uma experiência política única na história do Brasil, particularmente, a partir de uma nova concepção do conceito de democracia, de acordo com Ângela Maria de Castro Gomes.

É a partir do entendimento do conteúdo que este conceito passa a receber que nos aproximamos do formato e dos objetivos que o Estado Nacional traça para si. E é igualmente a partir desta redefinição que se clarifica o estatuto de cidadania do novo homem brasileiro, que deve se “criado” pela inédita proposta política.³⁴

Como nas sociedades, a cidadania é fruto dos direitos estabelecidos pelo Estado, ela

³⁴ GOMES, Ângela Maria de Castro Gomes. *O redescobrimento do Brasil*. IN: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982, p. 123.

deveria ser trabalhada no Estado Novo de modo a se adequar à nova forma de condução desse Estado.

A questão da cidadania em seu significado moderno estaria ligada ao problema das formas de Estado. Em outras palavras, a questão da cidadania situa justamente o problema de como um determinado Estado especifica os direitos que tornam o indivíduo um cidadão, mecanismo político pelo qual pode transparecer a relação social mais global de inserção do homem na sociedade e no Estado.³⁵

Assim, o Estado Novo procurou construir um Estado que se diferenciasse das formas liberais e totalitárias. “Estes dois tipos “clássicos” de Estado seriam ambos desumanos, apartados das reais necessidades vitais do homem em sua universalidade e, no caso do Brasil, também de sua especificidade histórico-cultural.”³⁶

A democracia social inaugurada com o Estado Novo apresentava algumas características marcantes. Primeiramente, em relação ao liberalismo, o governo fez uma separação pontual. O liberalismo político foi descartado, enquanto o liberalismo econômico foi redefinido, tendo a participação do Estado na coordenação das atividades econômicas de agora em diante. Em segundo lugar, houve a priorização de se valorizar a questão social que estava fora do planejamento do Estado na Primeira República. O campo social, mais precisamente a figura do trabalhador e da legislação trabalhista, foram bastante destacadas pelo regime.³⁷

Assim, através do monopólio dos meios de comunicação, o discurso ideológico do Estado Novo pôde ser amplamente divulgado no território nacional. Ele foi transmitido por meio de cartazes, panfletos, jornais, periódicos, cartilhas educativas, livros, programas de rádio e pelo cinema. Nenhuma mídia ficou de fora dos tentáculos do Estado. Todos de alguma forma sofreram as intervenções para se adequarem aos novos procedimentos de comunicação. Aqueles que se opuseram seguir a cartilha imposta pelo Estado foram perseguidos e alijados do sistema.

³⁵ GOMES, Ângela Maria de Castro Gomes. *O redescobrimento do Brasil*. IN: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982, p. 123.

³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 124.

³⁷ Ver: MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e economia no Brasil: Opções de desenvolvimento*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

A censura prévia estava prevista na Constituição que foi outorgada em 1937. Através desse artifício legal, Vargas pode tornar legítimo o controle sobre os meios de comunicação.

Para materializar os pensamentos em torno do poder exercido pelo uso da propaganda política e pela intervenção nos meios de comunicação, Vargas instituiu uma peça fundamental para exercer o controle dessa estratégia governamental. Em dezembro de 1939, criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão vinculado diretamente à Presidência da República.

2.1 O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)

O Departamento de Imprensa e Propaganda foi, sem dúvida nenhuma, a resposta que Vargas precisava para dar suporte às propostas dos ideólogos do Estado Novo. Um decreto³⁸ presidencial, de dezembro de 1939, deu vida a esse mais novo instrumento da máquina estatal de Vargas. Foi por meio do DIP que muitas das mais variadas ações nos campos da política, da economia, da educação, da cultura e no campo social puderam ser implantadas. O DIP conseguiu atender às expectativas de seus mentores e, desde a sua criação, teve atuação destacada na mobilização das massas, na divulgação da ideologia do Estado Novo e na construção da imagem pública positiva de Vargas e de seu governo.

O DIP foi objeto de estudo de diferentes pesquisadores, que tentaram esclarecer o poder exercido por esse órgão, através de uma série de análises sobre os mecanismos utilizados no processo de monopolização dos meios de comunicação no Estado Novo. Os imaginários políticos desse período, a difusão do projeto político-ideológico, as propostas para legitimar a “democracia social” nessa nova fase da república brasileira, a intervenção na economia, o fortalecimento da centralização das ações políticas, enfim, uma grande quantidade de objetos foi estudada em diversas obras importantes, a fim de dar conta desse intrigante organismo criado por Vargas para dar o sustentáculo necessário ao regime

³⁸ Decreto-Lei nº.1.915–de 27 de dezembro de 1939. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=19204&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em 17fev2013.

inaugurado em novembro de 1937.³⁹

O DIP, que a princípio foi pensado nos moldes dos exemplos das organizações presentes na Alemanha e na Itália, teve a sua própria organização e sua própria maneira de atuar. Alguns colaboradores de Vargas viajaram até a Alemanha e Itália a fim de observarem essa forma de atuação na manipulação da propaganda utilizada nesses países. Muitos ficaram impressionados e até sugeriram copiar e aplicar o modelo praticado pelos nazistas. Entretanto, nossa versão não foi necessariamente uma cópia dos produtos nazistas ou fascista. Houve muitas atividades correlatas à primeira vista, porém a versão brasileira para o controle dos meios de comunicação e, principalmente, a maneira como agiu em determinados segmentos, como por exemplo, na radiodifusão, procurou se adaptar às particularidades do povo e da cultura brasileira.

No campo da propaganda política, não apenas as imagens, símbolos e manifestações cívicas foram intercambiados entre os regimes brasileiro e europeu, mas também técnicas de manipulação e formas de organização/planejamento dos órgãos encarregados do controle dos meios de comunicação. No entanto, apesar da forte presença do modelo nazi-fascista na organização da propaganda estadonovista, ela apresentou características particulares e produziu efeitos distintos das congêneres europeias.⁴⁰

Dotado de amplos poderes sobre todos os meios de comunicação, o DIP foi fundamental para que a propaganda varguista do Estado Novo pudesse ser estabelecida e ganhasse corpo. Capaz de contar com um poderoso instrumento para obter essa constante vigilância e para exercer controle sobre os meios de comunicação no Brasil, utilizando-se para isso da intervenção estatal e da censura, o DIP assegurou que a representação da imagem positiva do regime e, particularmente, de Vargas, pudessem ser difundidos pela grande maioria do povo brasileiro.

A função de dirigir esse importante órgão do governo federal coube primeiramente ao jornalista Lourival Fontes, que ficou como diretor-chefe do DIP até o ano

³⁹ O DIP foi objeto de estudo em muitos trabalhos que abordavam temas como populismo, Estado Novo, propaganda, censura, meios de comunicação, por exemplo. Na parte dedicada à bibliografia neste trabalho estão elencados alguns dos mais importantes textos produzidos, tais como, *Multidões em Cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*, de Maria Helena Rolim Capelato; *O Estado contra os meios de comunicação*, de José Inácio de Melo Souza; *Estado Novo: Ideologia e Poder*, de Mônica Pimenta Velloso, Lúcia Lippi e Ângela de Castro Gomes; além de muitos outros trabalhos importantes acerca desse objeto.

⁴⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *ESTADO NOVO: Novas Histórias*. IN: FREITAS, Marcos Cézár de (Org); SOUZA, Laura de Mello e. *Historiografia Brasileira em perspectiva*. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 202.

de 1942. A Câmara dos Deputados, no Palácio Tiradentes, que fora desativada, se transformou na sua sede. A composição burocracia em que se organizava estruturalmente o DIP permitiu que as intervenções pudessem abranger todos os cantos do território nacional. Cada estado possuía um braço do DIP, uma espécie de posto avançado denominado DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda), que era o responsável pela divulgação propagandística e pela censura no âmbito regional.

De acordo com as pesquisas desenvolvidas por Maria Helena Rolim Capelato, o Brasil já possuía uma estrutura voltada para a divulgação da imagem estatal, contudo, não continha as características dessa nova agência instituída no Estado Novo. A intervenção estatal foi muito mais poderosa e abrangente:

O DIP foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura, Tinha como função elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime, atuar em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira.⁴¹

Os materiais produzidos pelo DIP objetivavam a divulgação das mais variadas realizações econômicas, sociais e culturais do Estado Novo. Nesse contexto, teve importante destaque, através dos meios de comunicação, a divulgação da legislação trabalhista e a da imagem do trabalhador brasileiro, o novo símbolo do cidadão nacional, idealizado pelo Estado Novo.

A nova imagem que se queria criar para o trabalhador brasileiro foi sendo construída através da propaganda sistemática do governo Vargas. Os trabalhadores foram aos poucos sendo transformados na nova e na desejada imagem de cidadão brasileiro. Essa nova imagem que deveria distinguir o trabalhador brasileiro dos demais cidadãos estava vinculada às qualidades que ele deveria possuir. Assim, todos os que se consideravam como bons brasileiros deveriam seguir seus exemplos, pois o trabalhador era ordeiro, educado, cumpridor de seus deveres com a sociedade e com o país. Era ele quem gerava a riqueza da nação. Exemplos dos esforços feitos para a valorização dos trabalhadores podem ser encontrados em cartilhas, livros didáticos, nas festas comemorativas do Dia do Trabalho e também na produção de artistas e compositores que eram instruídos a fazerem letras de músicas que

⁴¹CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 81.

exaltassem o trabalhador nacional.

Por conta dessa valorização da figura do trabalhador brasileiro, diversas letras de sambas que continham o “malandro” como seu personagem principal, pois era ele um tipo consagrado nas composições do mundo do samba, foram modificadas para se enquadrarem nas orientações dos censores do DIP. Sem isso, a música não passava pela censura, cujos censores tinham outro entendimento sobre o que seria na verdade o conceito de música popular. A grande maioria dos representantes do DIP se via presa às concepções dos intelectuais da época e frequentemente faziam objeções quanto à produção dos sambas:

Os representantes do DIP externavam sua predileção pelas músicas recreativas, folclóricas, tinham desprezo pelas carnavalescas e não valorizavam o samba como música popular. A música com sentido educativo e de mobilização popular era privilegiada, mas não se tratava da música popular e sim da música culta, apreciada pelas elites intelectuais.⁴²

Na verdade, o samba, assim como outros ritmos nacionais, como por exemplo, o maxixe e o frevo, eram vistos como elementos perigosos ao governo, pois continham um linguajar fora dos padrões aceitos pelos ideólogos do Estado Novo. Normalmente, as composições desses ritmos apelavam para as paródias do cotidiano e satirizavam os acontecimentos, podendo ser usados potencialmente como instrumentos para se fazer oposição ao regime.

Alguns intelectuais defendiam que o samba deveria ser utilizado como um instrumento pedagógico para educar o povo. O samba, primeiramente, deveria passar por um processo de civilização, retirando todos os elementos considerados nocivos e indecentes das composições. Assim, aos poucos poderia contribuir como elemento formador de bons hábitos na sociedade.⁴³ Era o chamado “samba da legitimidade”, que procurava substituir a

⁴² CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 115.

⁴³Ver: MATOS, Cláudia Neiva de. *Acertei no milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. A autora analisa os sambas lançados entre 1930 e 1954, período da presença de Vargas no cenário político nacional, mostrando como a censura, através DIP, durante o Estado Novo, interferiu nas letras dos sambistas, a fim de promover a figura do trabalhador em detrimento do malandro. Como exemplo dessa interferência, pode-se citar o samba “O bonde de São Januário”, de Ataulfo Alves e Wilson Batista, do ano de 1941, cuja letra foi modificada para atender a solicitação do DIP. Originalmente, a letra de um de seus versos continha a palavra “otário”, que foi substituída pela palavra “operário”: “O Bonde São Januário, Leva mais um operário, Sou eu que vou trabalhar.”

malandragem das composições pela figura do operário das fábricas.

Assim, o samba passa a ser defendido como elemento de socialização, quando forma bons hábitos, cultiva sentimentos de cordialidade, cooperação e simpatia, permitindo a troca de experiência. Temas como a boemia e malandragem, que já se constituíam numa tradição do samba, não poderiam mais conviver com a ideologia do trabalhismo. A figura do malandro é vista como herança de um passado ingrato que marginalizara os ex-escravos do mercado de trabalho. No Estado Novo, com o surgimento das leis trabalhistas que protegem o trabalhador, esta figura "folclórica" perde a sua razão de ser. Logo, a ideologia da malandragem deve ser eliminada do imaginário popular porque pertence, a uma outra época. O regime busca, então, construir uma nova imagem do sambista: ele é o trabalhador dedicado que só faz samba depois que sai da fábrica.⁴⁴

O esforço em procurar legitimar esse novo modelo de Estado faz com que os ideólogos do governo Vargas se debruçassem em traçar estratégias, a fim de incutir as transformações necessárias para preparar a sociedade brasileira aos novos tempos que estavam sendo experimentados. O presente deveria ser moldado para que não mais ocorressem as falhas do passado. Nesse contexto, era preciso modificar os hábitos e os comportamentos das massas. Era fundamental buscar controlar o comportamento das massas e assegurar que as relações sociais entre elas e o Estado fossem legitimadas por esse discurso empregado para conduzir essa nova forma de organização social. Deste modo, todas as manifestações sociais, como a música, por exemplo, sofreriam essas intervenções pontuais por parte do Estado.

A máquina propagandística do DIP explorou bastante o tema em torno da legislação trabalhista e do bem estar social, pois ele serviu à aceitação da imagem do regime de Vargas por parte dos trabalhadores brasileiros. Segundo essa perspectiva, o bem comum era tido como a finalidade do Estado. Era proposto que o interesse da sociedade deveria ser maior que o interesse individual, pois, somente assim se poderia contribuir para a obtenção da verdadeira justiça social.

A partir desse ponto de vista, o DIP empreendeu várias táticas para fortalecer a imagem de Vargas. Utilizou principalmente a imprensa e o rádio para divulgar os seus discursos, as realizações de seu governo, os feitos nacionais em busca do desenvolvimento econômico, enfim, a imagem de grande líder e construtor desse novo Estado. Várias cartilhas e livros didáticos também foram impressos e distribuídos com o intuito de esclarecer e

⁴⁴ VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987, p. 33.

divulgar as máximas estadonovistas, tendo em Vargas sua principal fonte de inspiração, o exemplo a ser seguido pelo povo brasileiro.

Os ideais do Estado Novo foram massificadamente incorporados nas mais diversas formas de expressão. A imprensa e o rádio foram utilizados ostensivamente para a consolidação do regime e na formação do mito Vargas.

Um desses meios que o Estado utilizou para divulgar os conceitos novos que se apresentavam à sociedade foi a Revista Cultura Política, a qual se encarregou de informar todos acontecimentos que indicavam a transformação experimentada pelo país no Estado Novo, além de ter produção voltada para enaltecer e cultuar a imagem do Presidente e de seu governo.

2.2 A Revista Cultura Política: os intelectuais a serviço do Governo Vargas

O DIP considerava a imprensa como formador de opinião política por excelência, portanto, esse segmento deveria ter sua atuação controlada de forma a exercer uma função pública de interesse da nação e não simplesmente servir como veículo para formação de ideias.

As empresas jornalísticas brasileiras só podiam se estabelecer se obtivessem registros concedidos pelos órgãos do DIP e as atividades dos profissionais também ficaram sob esse controle.⁴⁵

Durante o Governo Provisório e o Governo Constitucional, a imprensa brasileira se constituiu como um importante canal para que os opositores de Vargas pudessem se manifestar em relação ao seu governo. Foi um convívio conflituoso e repleto de desagrvos. Getúlio Vargas via a imprensa como um opositor em potencial ao regime iniciado no Estado Novo e por isso era preciso adquirir maior controle sobre suas ações sobre a imprensa nacional.

Sob essa perspectiva, o DIP exerceu forte pressão sobre a imprensa brasileira. A

⁴⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 86.

coerção e a censura foram as principais armas de atuação. “O controle da imprensa não ocorreu apenas pela censura, mas também por pressões de ordem política e financeira.”⁴⁶

A participação dos intelectuais no pensamento desenvolvido pelo Estado Novo é de suma importância para entendermos como é que se produziram algumas das obras destinadas ao público em geral. Os intelectuais tiveram cadeira cativa nessa transformação doutrinária realizada pelo Estado Novo.

O regime instaurado em 1937 assume como ideário a crença de que cada povo deve construir suas instituições obedecendo às inspirações históricas de seu tempo. Nesta perspectiva, o intelectual é visto como aquele capaz de captar, de modo mais direto e imediato, as aspirações do inconsciente coletivo de um povo. Nas palavras de Almir de Andrade, existe "entre a cultura e a política traço vigoroso de união. A cultura põe a política em contato com a vida, com as mais genuínas fontes de inspiração popular. A política empresta à cultura uma organização, um conteúdo socialmente útil, um sentido de orientação para o bem comum".⁴⁷

Assim, para se levar adiante as ideias de transformações sociais e culturais dos novos conceitos que se apresentavam foi preciso a consolidação dessas ideias nos meios de comunicação. Uma das soluções encontradas foi a publicação desses ideais por meio de uma revista especializada, a fim de melhor promover e sintetizar todo o pensamento do novo regime. Nessa linha de pensamento surgiram duas das mais importantes revistas oficiais sob a tutela do DIP no período estadonovista: a Revista Cultura Política e a Revista Ciência Política.

Segundo Mônica Pimenta Velloso, a Revista Ciência Política pode ser vista como uma publicação que “se autoconfigura enquanto "escola de patriotismo" voltada para a difusão dos ensinamentos do Estado Novo.”⁴⁸ Nela os discursos publicados eram decodificados e interpretados por alguns intelectuais e apresentados de forma que os leitores se esclarecessem facilmente da doutrina. A revista teve a sua publicação atrelada ao Instituto Nacional de Ciência Política (INPC), funcionando como uma espécie de informativo dessa entidade.

⁴⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 87.

⁴⁷ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982, p. 34.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 76.

Enquanto isso, a Revista Cultura Política possuía uma outra importante tarefa a desempenhar. Ela promoveu a divulgação e o esclarecimento das ações políticas, econômicas, culturais e sociais que estavam transformando o país. Os grandes intelectuais brasileiros pactuados com o pensamento ideológico do regime puderam desenvolver seus estudos sobre a nação e sobre essas muitas transformações políticas e sociais nas páginas deste periódico.

Por intermédio da Revista Cultura Política se permitiu divulgar essa união entre a ordem política e a ordem social sob a tutela do Estado Novo. Essa união funcionava como sendo o argumento principal para se legitimar a política do regime varguista. Nas páginas dessa revista foram publicadas mensalmente todas as informações relativas ao governo Vargas. Era como se fosse uma espécie de levantamento mensal das realizações do regime, o que se poderia entender como uma forma de “prestação de contas” por parte do Estado. Dentro dessa configuração, esse periódico também divulgava muitos artigos que continham manifestações de apologia à política nacional.

Os “Problemas políticos e sociais”, “O pensamento político do chefe do governo”, “Textos e documentos históricos” e “A ordem política e a evolução social”, são alguns exemplos de seções desse periódico. Neles ficavam explícitos todos os conceitos que fundamentavam o projeto político-ideológico do Estado Novo, cuja figura de Vargas era intensamente enaltecida e cultuada. Havia um claro objetivo de se praticar um discurso em prol do governo, dando o sustentáculo necessário para a sua afirmação pública.

O discurso da revista explicita claramente a natureza da entidade e o seu papel no projeto ideológico estadonovista, declarando que o seu objetivo maior é o de propagar para o conjunto da sociedade os fundamentos do novo Estado, na perspectiva de assegurar-lhe a estabilidade. Coloca-se não como "mero centro de estudos", mas sobretudo como “movimento Idealista” voltado para a “prática da verdade”. Enuncia como uma de suas propostas fundamentais a de ministrar a educação cívica, despertando o patriotismo “consciente e cultural” voltado para a ação e, portanto, isento das “visões sentimentais” e dos “arroubos literários”. A revista esclarece que a sua tarefa é a de “socializar” um conjunto de conhecimentos metodicamente controlados e “sistematizados”, contribuindo para formar a consciência política da nação.⁴⁹

⁴⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982, p. 76.

No artigo de abertura da Revista Cultura Política, *A evolução política e social do Brasil*, Almir de Andrade, diretor desse periódico, discorre sobre as mudanças e as transformações do Estado Novo. Ele argumenta que elas deviam ocorrer de forma disciplinada e que o Brasil se encontrava no meio de um processo, cujo desfecho somente seria sentido pelas gerações futuras, que colheriam os frutos do que estava sendo plantado naquele momento. A partir desse entendimento, a Revista Cultura Política iria esclarecer o rumo das transformações à nação, sendo o espelho das ações desse processo de desenvolvimento.⁵⁰

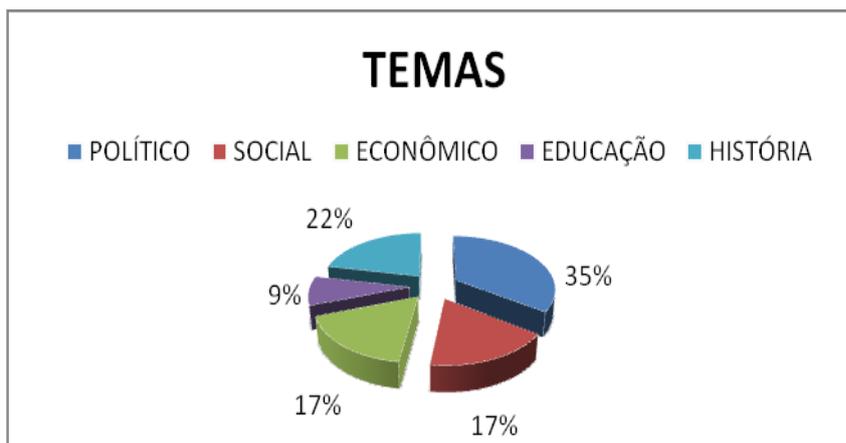
Logo no primeiro número da revista, em março de 1941, vários artigos foram publicados chamando a atenção para a questão social e para a questão da legislação trabalhista. Muitos ainda chamavam a atenção para as transformações econômicas, demonstrando o desenvolvimento que o país experimentava em busca do progresso. Estas foram, sem dúvida alguma, as principais bandeiras utilizadas para promover os discursos entorno do progresso econômico e social observado pela massa trabalhadora do país durante a vigência do Estado Novo.

Contudo, o tema trabalho ocupou pouco espaço na Revista Cultura Política. Segundo José Inácio Melo Souza, que pesquisou sobre a propaganda realizada nos tempos do DIP nos diferentes meios de comunicação, somente vinte e oito artigos relacionados ao tema trabalho foram publicados durante a existência da *Cultura Política*, demonstrando uma falta de importância que o tema apresentava nesse periódico para os intelectuais.⁵¹

A partir dessa constatação feita por José Inácio Melo Souza e da análise estatística realizada durante a pesquisa, podemos estabelecer, basicamente, para cada exemplar, a seguinte configuração expressada dentro de um quadro temático, de acordo com os artigos publicados na Revista Cultura Política:

⁵⁰ ANDRADE, Almir de. *A evolução política e social do Brasil*. IN: Revista Cultura Política, nº1, março de 1941. Rio de Janeiro: DIP, pp. 5 a 8.

⁵¹ SOUZA, José Inácio de Melo. *O estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2003, p. 216.



O tema com mais artigos publicados em cada número da revista era o campo político, notadamente, voltados à condução da política nacional, seguido do tema história. Logo após, apareciam os artigos ligados ao campo social e ao campo da economia e, por fim, o campo da educação. Essa configuração foi observada durante os primeiros anos, entretanto, a partir das edições de 1944, houve uma modificação. Os temas relacionados à história sofreram uma diminuição significativa, principalmente, porque muitos historiadores que estavam ligados ao regime deixaram de escrever na Revista Cultura Política. Nomes conhecidos como, por exemplo, Cassiano Ricardo, Nelson Werneck Sodré, Graciliano Ramos, Severino Sombra e Gilberto Freire, dentre outros que escreveram artigos nos primeiros anos da revista, deixaram de fazê-lo a partir de 1944. No ano final da revista, em 1945, somente um nome aparecia escrevendo artigos sobre história, o de Basílio de Magalhães.

Não havia um número padrão de publicação de artigos deste ou daquele tema. O que havia era um compromisso em aproveitar o espaço da revista para divulgar à população as atividades desenvolvidas pelo Governo e produzir discurso de uma história oficial sobre a Revolução de 1930, Estado Novo e Vargas.

Alguns artigos chamavam a atenção para a defesa da Constituição de 1937. Muitos deles podem demonstrar momentos distintos vividos pela política interna. Dois exemplos marcam bem essa dualidade de pensamento experimentado em épocas distintas. Um dando um enfoque bastante enaltecido, fruto de uma fase áurea do poder de Vargas, e outro que se passa durante a fase que antecede redemocratização do país.

O primeiro exemplo, publicado na primeira edição de março de 1941, é um artigo de Ulisses Ramallete Maia, político e educador, que vai atribuir à Constituição de 1937 a importante tarefa de possibilitar o afastamento do perigo de se ter uma agitação nacional nos moldes da “República Velha”, extinguindo a confusão que imperava na política nacional. Por meio da Constituição de 1937, Vargas teria a oportunidade de levar os postulados da Revolução de 1930 em frente. Após a sua promulgação, o ambiente nacional se tranquilizara. O Presidente “com o esforço tenaz e quase com o sacrifício da própria vida”⁵² soube dar esse presente ao Brasil. Nesse mesmo artigo, o autor enaltece as qualidades do Presidente, considerando-o um verdadeiro líder político nacional:

Não fôra a esclarecida visão do Chefe na Nação estribada no longo tirocínio de velho administrador e político militante, dando aquêlê golpe estratégico na ignominiosa política que conduzia o Brasil por uma estrada sem rumo nem direção, e talvez, nêste momento, ainda estivéssemos sentindo os reflexos incalculáveis da guerra civil que se avizinhava e que, naturalmente, com o correr das coisas, iria surgir com as determinantes da confusão partidária imposta ao governo com a organização dos vários partidos antes das eleições presidenciais.⁵³

Diferentemente dessa interpretação sobre a Constituição de 1937, realizada em 1941, existe um outro artigo que foi publicado na “Cultura Política”, exemplar de número 49, de fevereiro de 1945. Nesse novo momento, percebe-se uma mudança no discurso proferido sobre o mesmo tema. O artigo *A revisão da Constituição*, cuja autoria pertence à Secretaria da Presidência da República, e que fôra distribuída pela Agência Nacional a todos os veículos de comunicação do país, em 22 de fevereiro daquele ano, faz uma explanação sobre um estudo de modificação da referida Constituição. Esse estudo foi solicitado pelo próprio Vargas aos seus ministros de estado. De acordo com o documento, havia uma necessidade de se adequar aos novos tempos e aos novos valores surgidos durante a Segunda Guerra mundial em todo o mundo civilizado. Porém, isso não deveria ser realizado de forma intempestiva, mas sim, dentro de uma ordem social. Apresentavam que não deveria haver a necessidade de se convocar eleições repentinas para compor uma Assembléia Constituinte, visto que isso demandaria correria política e não contribuiria em nada com a política desenvolvida até o momento. Segundo essa comissão de estudos, a Constituição de 1937 já estabelecia o sistema

⁵² MAIA, Ulisses Ramallete. A situação atual do Estado Brasileiro. Vantagens da Constituição de 1937 em relação às anteriores. Revista Cultura Política nº 1, março de 1941. Rio de Janeiro: DIP, 1941. p. 81.

⁵³ Idem, *ibidem*, pp. 79 e 80.

federativo, a representatividade política e social e também proporcionava o exercício do poder em nome do povo. De acordo com esse mesmo estudo, a Constituição de 1937 podia até conter falhas, mas diante das transformações sociais e políticas que estavam ocorrendo e também ainda estavam indefinidas, deveria sofrer apenas algumas mudanças pontuais, sem a necessidade de se fazer uma nova Constituição federal. Seria uma espécie de aprimoramento daquilo que estava em vigor e servindo plenamente à Nação.

Ao nosso ver, senhor Presidente, muitos anos ainda transcorrerão antes que o mundo volte ao estado de normalidade. Acreditamos também que, no difícil e complexo período de após guerra, não será simplesmente pela Constituição, e muito menos por uma Constituição totalmente “*in fieri*”, que poderemos prever e resolver por antecipação de problemas que devem representar o longo, agitado e doloroso acesso da humanidade a um novo ciclo de vida jurídica e de comércio internacional.⁵⁴

Estes dois exemplos mencionados demonstram claramente a mudança de ares que estava ocorrendo no Estado Novo. Visões distintas que puderam ser observadas e possibilitaram refletir sobre os momentos opostos do regime Vargas. A alternância percebida entre o auge do Estado Novo e o começo do declínio do poder de Vargas é bastante significativa nesses dois fragmentos, permitindo que se faça uma correspondência sobre os episódios marcantes de cada época dentro de contextos históricos distintos.

O Estado via na participação dos intelectuais uma espécie de porta-voz do governo, um agente capaz de aprofundar sua relação com massa nacional, que necessitava ser orientada diante dessa nova era de desenvolvimento da Nação.

Na outra vertente, cabe-nos explorar a lógica do Estado ao procurar absorver os intelectuais como co-participantes de seu projeto de governo. O regime instaurado em 1937 assume como ideário a crença de que cada povo deve construir suas instituições obedecendo às inspirações históricas de seu tempo. Nesta perspectiva, o intelectual é visto como aquele capaz de captar, de modo mais direto e imediato, as aspirações do inconsciente coletivo de um povo. Nas palavras de Almir de Andrade, existe "entre a cultura e a política traços vigorosos de união. A cultura põe a política em contato com a vida, com as mais genuínas fontes de inspiração popular. A política empresta à cultura uma organização, um conteúdo socialmente útil, um sentido de orientação para o bem comum".⁵⁵

⁵⁴ Texto extraído do artigo *A revisão da Constituição*, da Secretaria da Presidência da República. Revista Cultura Política nº 49, fevereiro de 1945. Rio de Janeiro: DIP, 1945, p. XVII.

⁵⁵ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982, p. 34.

A participação dos intelectuais de áreas distintas do conhecimento humano no Estado Novo foi fundamental. Diversos intelectuais deram a sua contribuição a essa revista. As mais diferentes áreas do pensamento foram estampadas nas páginas da *Cultura Política*: educação, direito, história, música, artes, economia, antropologia, entre outras. Contudo, o que ficava mais evidente era o pensamento político de Vargas e a sua presença constante na vida pública nacional, regendo os rumos da nação. Ele era apresentado quase como um ser onipresente. Era a personificação da imagem do Brasil e do povo brasileiro.

Nos anos em que foi publicada, a Revista *Cultura Política* desempenhou um papel importante para o Estado Novo. Nela ficava clara a forma de diferenciar a natureza política muito confusa que imperava na Primeira República do novo tempo surgido com o Estado Novo. Em suas páginas eram informados todos os processos de desenvolvimento experimentados pelo Brasil nos campos econômico e social, cujas realizações atinentes ao governo liderado por Vargas tinham bastante destaque.

O historiador Nelson Werneck Sodré, um dos colaboradores do Estado Novo, na edição número nove da Revista *Cultura Política*, de novembro de 1941, em comemoração ao aniversário do Estado Novo, descreveu toda a sua admiração pelo regime:

A fim de regularizar esse estado de coisas, veio o Estado Novo estratificar as forças econômicas e produtoras do país. Quebrou a inércia até então observada na sociedade brasileira, aproveitando as forças vivas da nação.⁵⁶

Nesse mesmo artigo, Nelson Werneck Sodré revelou sua afinidade com a ideologia do governo Vargas ao discorrer sobre as alterações sociais ocorridas no Brasil desde o início do período colonial até aquele presente momento da história nacional. Faz uma espécie de análise sobre a Revolução de 1930 e do “movimento renovador de 1937”⁵⁷, estudando a longa duração sobre as questões sociais desde a colonização. Deu um grande destaque à Revolução de 1930, afirmando que ela foi preponderante para a modificação da condução da política administrativa e social, possibilitando a aceleração das transformações políticas e sociais

⁵⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *Alterações de circulação social no Brasil*. Revista *Cultura Política* nº 9, novembro de 1941. Rio de Janeiro: DIP, 1941, p. 90.

⁵⁷ Idem, *Ibidem*, p. 90.

necessárias ao progresso do Brasil. O autor concebe que o Estado Novo veio regularizar as forças políticas, econômicas e de produção do Brasil, quebrando a inércia em que vivia a sociedade brasileira.

Além de Nelson Werneck Sodré, outros pensadores também escreviam artigos para serem publicados nas páginas da Revista Cultura Política, principalmente, relacionados à história do Brasil. Cassiano Ricardo fôra um desses pensadores. Seu artigo *O Estado Novo e seu sentido bandeirante*, tenta traçar um paralelo entre o seu trabalho *Marcha para o Oeste: a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil* de 1940, ligando-o com a orientação política estadonovista, encontrando traços desse regime político do Estado Novo nas raízes históricas das Bandeiras.⁵⁸

Os intelectuais que tinham seus artigos publicados nas colunas da Revista Cultura Política tinham uma noção bem particular sobre a população brasileira. Muitos acreditavam que existiam duas maneiras de perceber o povo: uma visão positiva e outra negativa. A forma positiva estava inserida dentro do aspecto relacionado à cultura popular, vista como uma manifestação espontânea e autêntica do povo brasileiro. Por conseguinte, a visão negativa estava atrelada aos conceitos de que a massa populacional era composta basicamente de analfabetos e desorientada, necessitando ser tutelada pelo Estado a fim de conseguirem sair desse estado negativo. Por isso, muitos dos artigos publicados foram voltados para demonstrar que o Estado se preocupava com a questão cultural. Trazendo a cultura para o âmbito do Estado, poder-se-ia atender aos anseios de orientação e informação que a massa populacional necessitava. Diversos órgãos criados no Estado Novo para supervisionar a cultura no país tinham seus espaços reservados para as suas matérias.

Dentre os principais intelectuais que escreviam para a Cultura Política podemos destacar os nomes de Nelson Werneck Sodré, Graciliano Ramos, Gilberto Freire, Prudente de Moraes Neto usando o pseudônimo de Pedro Dantas, Severino Sombra, Basílio de Magalhães, Mário Travassos, Oliveira Lima, Hélio Viana, Lourival Fontes, Cassiano Ricardo e Silvio Peixoto.

⁵⁸ RICARDO, Cassiano. *O Estado Novo e seu sentido bandeirante*. Revista Cultura Política nº 1, março de 1941. Rio de Janeiro: DIP, 1941, p. 110.

Convém esclarecer que tomamos como critério para a determinação da presença não apenas o fator quantitativo, mas também o qualitativo, no sentido de aferir a qualidade diferenciada dos discursos. Assim, embora alguns autores como Wilson Lousada e Graciliano Ramos se façam tão presentes quanto Azevedo Amaral, o que marca a diferença e o conteúdo dos seus escritos. Enquanto Azevedo Amaral e Almir de Andrade escrevem sobre a questão da democracia, o caráter da revolução, relação de ordem política com a evolução intelectual, os outros se detêm na análise de assuntos mais específicos, como literatura e folclore. A presença dos "grandes intelectuais" é bem marcada, na medida em que se constitui também em referencial de análise obrigatório para os demais intelectuais da revista. Assim, nos cinco primeiros números - de março a Julho de 41, os autores mais citados são Francisco Campos e Almir de Andrade.⁵⁹

A política praticada no Estado Novo, segundo Maria Helena Capelato, encontrou uma receptividade no meio cultural, principalmente entre os produtores, que tiveram as suas reivindicações atendidas em grande parte, pois careciam de alguma proteção por parte do Estado. Coube, entretanto, à classe que englobava as elites nacionais, notadamente privilegiada pelo programa cultural brasileiro, a atribuição de promover a condução dessa nacionalidade brasileira ⁶⁰.

Assim sendo, a Revista Cultura Política, marco da presença do pensamento estadonovista, foi muito bem explorada como uma das plataformas dessa promoção cultural, que procurava divulgar os novos valores culturais socialmente aceitos dentro dessa concepção proposta pelos intelectuais que compartilhavam os ideais do Estado Novo.

Ao mesmo tempo em que se fazia um esforço para transmitir e reforçar os conhecimentos culturais politicamente desejáveis à sociedade, a revista procurou se adaptar aos novos tempos de mudanças, principalmente após a participação do Brasil na Segunda Guerra.

Percebe-se que os discursos publicados e os artigos começam a se modificar aos poucos. No início era uma gama de apresentações de realizações significativas em prol do desenvolvimento do país. Cada seção da revista trazia sua visão particular das transformações sofridas. Artigos sobre política interna, economia, história do Brasil, cultura, tudo era exposto

⁵⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982, pp. 79 e 80.

⁶⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 320.

sempre levando em conta o lado positivo do regime. Todos fazendo alusão aos feitos de Vargas.

Mesmo diante dessas manifestações generalizadas de sucesso do regime, independentemente das seções em que foram publicadas, existia uma seção específica para essa finalidade. Denominada *A atitude governamental*, esta seção expunha todas as transformações ocorridas na administração de Vargas. A partir da luta pelo progresso e pelo desenvolvimento nacional, essa seção participava aos leitores todos os acontecimentos de vulto do Estado Novo. Por exemplo, citava a constituição da Companhia de Siderurgia Nacional (CSN), apresentava as transformações sofridas no campo do direito social, falava da reorganização do Estado brasileiro, enfim, todo tipo de assunto que pudesse ser aproveitado como propaganda positiva para o Estado Novo.

Uma seção que chamava sempre a atenção era *O pensamento político do Chefe do Governo*. Muitos intelectuais do ramo do direito ou da política escreveram nessa seção. Por exemplo, Azevedo Amaral escreveu o primeiro artigo dessa coluna, denominado *Realismo político da democracia*. Nesse artigo, ele faz uma crítica ao modelo de democracia liberal, enfatizando seu caráter ilusório às massas. Estas, por sua vez, são concebidas como ingênuas e incapazes de realizarem uma crítica adequada. Amaral via o sistema eleitoral como ficção, pois apresentava uma faceta, mas demonstrava outra. Atrás do discurso de representatividade das massas populares estava simplesmente uma manobra para iludir a população inculta, que não percebia o verdadeiro sentido daquele tipo de regime. Para ele, a democracia precisou se adequar aos novos tempos. Por isso, Vargas havia lutado para expurgar os erros dessa forma de democracia e promover as mudanças necessárias para o desenvolvimento da nação.⁶¹

Contudo, com o passar do tempo, esse discurso ufanista aos poucos foi se modificando. A revista passou por uma fase de reestruturação editorial e iniciou uma transformação no modo de continuar transmitindo a propaganda estadonovista, porém procurando um abrandamento nas abordagens dos assuntos. As causas dessa mudança estão intimamente ligadas à entrada do Brasil na Segunda Guerra mundial, pela carestia enfrentada

⁶¹ AMARAL, Azevedo. *Realismo político da democracia*. Revista Cultura Política nº 1, março de 1941. Rio de Janeiro: DIP, 1941, pp. 157 a 165.

diante do esforço de guerra e pelo aparecimento de manifestações de contestação do regime.

Percebe-se nitidamente, por intermédio do conteúdo dos artigos publicados na revista, que havia um ar de mudanças pairando sobre o Brasil. Elas começaram no fim de 1944 e, principalmente, em 1945, quando o discurso ideológico dos artigos foi abrandado.

Muitos autores que escreviam regularmente para a Cultura Política deixaram de frequentar as edições de 1945. Por exemplo, em 1941, Cassiano Ricardo, Nelson Werneck Sodré, Graciliano Ramos e Severino Sombra, tiveram intensa participação nesse primeiro ano da revista. Escreviam regularmente e tinham cadeira cativa no periódico. Já em 1945, nenhum deles teve qualquer artigo publicado na Cultura Política.

A hipótese mais plausível para essa mudança de atitudes está no fato de que havia uma atmosfera social desejando a volta da democracia, principalmente após a participação brasileira na Segunda Guerra mundial. Não era lógico lutar a favor da democracia e da liberdade na Europa se não existia democracia ou mesmo liberdade de expressão no Brasil do Estado Novo. Com o aumento da oposição ao governo de Vargas, os intelectuais que partilhavam do projeto político-ideológico do Estado Novo aos poucos foram se afastando dos ideais do regime e, conseqüentemente, da Revista Cultura Política.

E é nesse contexto de afastamento dos intelectuais do regime, do enfraquecimento do governo Vargas e de uma oposição mais forte ao regime, que começa a ser discutida a redemocratização do país.

Capítulo 3

Redemocratização: o fim do Estado Novo e do DIP

O regime da democracia social de Getúlio Vargas no Estado Novo começava a dar sinais de enfraquecimento, principalmente, após o início da participação brasileira na Segunda Guerra mundial, lutando nos campos da Europa, e conseqüentemente, com a proximidade do fim deste conflito internacional. As nações europeias já se mobilizavam para o restabelecimento de suas democracias, enquanto no Brasil vivia o regime ditatorial de Vargas. Uma grande incongruência marcava a participação brasileira nessa luta contra o totalitarismo.

As conseqüências advindas da participação dos soldados brasileiros que lutavam ao lado dos soldados Aliados na Segunda Guerra mundial, juntamente com as notícias que vinham das agências internacionais, mesmo sendo editadas pelos censores do DIP ou da Agência Nacional, mais a insatisfação da sociedade por uma maior participação na política interna, permitiram a formação e a conseqüente proliferação das ideias democráticas. As ações e manifestações dos grupos que buscavam a restauração do regime democrático no Brasil se tornaram mais contundentes. Estava difícil sustentar o autoritarismo do Estado Novo.

Na interpretação de Thomas Skidmore, Vargas já dava sinais de que estava perdendo o controle sobre os rumos do país. Autor de linhas de pensamentos mais factuais, Skidmore assinalava que Vargas, em 1943, em um pronunciamento comemorativo ao sexto aniversário do Estado Novo, já havia prometido à população brasileira uma guinada para retornar ao ambiente de liberdade de opinião e de reestruturação da política interna. No entanto, somente no começo de 1945 foi que se desenvolveu mais fortemente às críticas ao regime varguista.

Ao começar 1945, os protestos começaram a permear através da cortina da censura. (...) A 22 de fevereiro, ouviu-se uma voz de protesto ainda mais sensacional: José Américo de Almeida, candidato na frustrada campanha presidencial de 1937, deu uma extensa entrevista na qual explicava porque deveriam ser realizadas eleições presidenciais e porque seria “inadequado”, para Vargas, candidatar-se. A falha dos censores em evitar a publicação da entrevista (o órgão de

censura do governo, o DIP, ainda estava funcionando), era um sinal claro de que o ditador estava cedendo terreno diante da oposição.⁶²

A posição de Vargas era muito delicada. O Brasil estava lutando ao lado de nações que se pautavam na democracia representativa e tinham por objetivo libertar a Europa do totalitarismo de Hitler. Os soldados e a sociedade brasileira começaram a se questionar sobre as contradições dessa guerra. Contudo, de acordo com Maria Helena Capelato, essa contradição era apenas uma das possibilidades para o enfraquecimento do regime. De acordo com essa historiadora, havia outros fatores inseridos nesse contexto:

A entrada do Brasil na guerra gerou uma contradição entre a permanência da ditadura no plano interno e a luta pela democracia no plano externo; além disso, o aumento do custo de vida provocado pela participação no conflito internacional, a falta de produtos e o câmbio negro produziram descontentamentos, fazendo crescer a impopularidade do governo, o que favoreceu a organização das oposições (Carone, 1976, p. 285-98).⁶³

Vargas e seus aliados lutavam para permanecer no poder, entretanto, a partir do ano de 1943, o regime começou a sofrer com a frequência de manifestações de descontentamentos, questionando a política excludente de Vargas no Estado Novo. A resistência ao regime começava a se tornar mais forte.

Para tentar resistir aos protestos da oposição, Vargas utilizava de todos os meios disponíveis para se perpetuar no poder. O DIP continuava a prestar apoio. O governo federal investia maciçamente no rádio e nos jornais para reforçar a divulgação das leis trabalhistas. Todas as datas importantes para o culto ao regime ganharam destaque, sendo bastante valorizadas em forma de rituais festivos, numa tentativa de também contribuir para amenizar as ondas oposicionistas. As festividades igualmente serviam para que Vargas mostrasse sua força junto à massa de trabalhadores. Datas como o aniversário de Vargas, o aniversário da Revolução de 1930, o dia do Trabalhador, o dia da Independência, Natal e o Ano Bom (Ano Novo) eram comemoradas em grande estilo. No entanto, tudo isso parecia não mais surtir efeito em 1945, diante da crescente marcha oposicionista, que desejava a volta do regime democrático no Brasil.

⁶² SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969, p. 73.

⁶³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 138.

A imagem de líder político que Vargas ostentava fôra habilmente construída ao longo do tempo pela máquina propagandística do governo. A sua longa permanência no poder, à frente da nação, permitiu a Vargas uma visibilidade acima do comum, principalmente, devido a sua constante presença em todas as mídias, fundamentando ainda mais a opinião pública brasileira para a construção da mitologia em torno de seu nome. Uma mistificação que foi trabalhada continuamente pelo DIP e sua máquina propagandística.

De acordo com a historiadora Ângela Maria de Castro Gomes, os discursos voltados para os problemas que afligiam o povo, que era definido como uma massa de homens pobres e ignorados pelo poder público, serviram de liga para se construir uma relação com Vargas. A reciprocidade do povo devido à assistência do Estado deu sustentação ao regime. Deste modo, a relação estava estabelecida basicamente entre esses dois interlocutores: de um lado estavam os trabalhadores com suas necessidades e carências e, do outro lado, Vargas representando o Estado. Essa “relação direta líder-massa tem, nestes termos, a dupla feição da representação de interesses e da representação simbólica, e Vargas transforma-se no terminal adequado para exprimir a vontade popular.”⁶⁴

Os diversos atributos que se referiam ao Presidente demonstravam o quanto foi produzido para idealizar e tornar Vargas um símbolo nacional. A sua “clarividência”, a sua “liderança”, a sua “tenacidade”, a sua “bondade”, são alguns de muitos outros exemplos que foram usados como adjetivos para definir o perfil de Vargas, criando toda uma representação no imaginário coletivo. Seja como chefe da nação, líder político ou, simplesmente, como cidadão comum, todas as propagandas e pronunciamentos no Estado Novo, quando se referiam a Vargas, buscavam sempre um modo superlativo para definir suas qualidades, não importando a ocasião ou o papel que ostentasse. Getúlio era constantemente denominado como “pai dos pobres”, “o Chefe”, “o Guia” ou “aquele que promove a harmonia nacional”, por exemplo.

Os pronunciamentos e discursos realizados pelo Presidente, ou mesmo, os realizados pelos ministros e demais membros de seu governo, serviam como propaganda do regime. Todos esses discursos eram destinados à divulgação pública e regularmente transmitidos pelo

⁶⁴ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982, p. 141.

rádio ou reproduzidos pela imprensa, em jornais e periódicos. O DIP exercia intenso controle de tudo que estava sendo veiculado.

Vargas ensaiava uma sobrevida no poder. Todos os meios disponíveis estavam sendo utilizados. A propaganda positiva era divulgada pelos pronunciamentos de Vargas e dos ministros que mais se destacavam, por exemplo, o da Educação, Gustavo Capanema e o do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho. O ministro Marcondes Filho tinha até uma participação efetiva na *Hora do Brasil*. Sua participação semanal nesse programa ocorria todas as quintas-feiras e seus discursos eram reproduzidos no dia seguinte no Jornal *A Manhã*.⁶⁵

A importância da valorização do trabalhador brasileiro na vida política do Estado Novo foi muito grande. Vargas e o ministro Marcondes Filho sabiam da necessidade de continuar cativando os trabalhadores, principalmente nesses tempos de esforço de guerra, onde a carestia dava sinais da sua presença e a oposição ganhava espaço no seio da sociedade. Ficava clara a tendência em fortalecer a imagem de Vargas e do regime diante da massa trabalhadora.

De acordo com as palavras de Ângela de Castro Gomes em *A Invenção do Trabalhismo*, havia toda uma estrutura do Estado voltada para essa massa trabalhadora e para a construção da imagem de Vargas. Esse pressuposto colocava a máquina governamental em ação para mobilizar todos os esforços no sentido de realizar um evento com grande apelo social com a presença de Vargas. Isso acontecia em muitas ocasiões festivas com o intuito de sedimentar ainda mais a sua imagem entre a população nacional. A autora nos mostra que um dos exemplos típico dessa forma de atuação do Estado é realizada nos momentos de comemoração do Dia do Trabalhador e até mesmo no dia do aniversário do presidente. Tudo contribuía para reafirmar o compromisso de Vargas com a classe trabalhadora e fortalecer sua imagem. Ângela apresenta o dia do aniversário de Vargas como sendo um bom exemplo para percebermos essa continua construção dos laços de união entre Getúlio e os trabalhadores:

A construção da figura de Vargas, o elogio da outorga das leis sociais e a valorização da posição ocupada pelos trabalhadores brasileiros – pedra preciosa que precisava de lapidação – se completam em um enredo harmonioso que estruturava a

⁶⁵ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 214.

comunicação entre o povo e o presidente. Esse enredo tinha, na ocasião do aniversário do presidente, a oportunidade de uma verdadeira consagração ritual. Isto porque uma das solenidades costumeiramente organizadas pela passagem da data ocorria no próprio edifício do Palácio do Trabalho.⁶⁶

No trecho apresentado podemos perceber a preocupação de se haver uma constante comunicação entre o presidente e os trabalhadores e de haver também uma preocupação em valorizar essa união. Assim, cada evento em que ambos tomem parte, massa trabalhadora e presidente, era cercado por uma atmosfera toda própria, um clima de cumplicidade especialmente construída pela máquina propagandística estatal. Ao longo do período do Estado Novo isso tinha se tornado uma rotina comum.

Entretanto, mesmo tendo todo aparato publicitário a seu favor, as coisas começaram a ficar mais difíceis para prosseguir como presidente dentro de um regime ditatorial. Ventos de mudanças na condução da política nacional começaram a soprar em terras brasileiras. O próprio Vargas já admitia que as mudanças eram inevitáveis, porém tentava amenizar a situação, procurando ganhar tempo com os opositores e a sociedade, a fim de que as transformações e as reformas pudessem ocorrer dentro de seu controle.

Um forte exemplo desse momento de incertezas pode ser percebido nos discursos dos artigos publicados pela Revista Cultura Política nos meses que antecederam a queda de Vargas. No ano de 1945, a *Cultura Política* deu prosseguimento a uma nova forma de produção e apresentação dos discursos estadonovistas. Os nomes que ostentavam as seções nos primeiros anos foram substituídos, ou simplesmente excluídos, como forma de atenuar as mensagens ideológicas publicadas em favor do governo. Existia uma clara evidência em querer se adequar aos novos tempos. A crise política experimentada pelo Estado Novo, sem dúvida, foi o fator gerador de tal atitude.

Não foi somente uma mudança no sentido estético da revista, mas algo muito mais profundo, que atingiu fortemente os discursos produzidos por aquele periódico. Havia uma clara modificação na produção e na condução desse discurso ideológico. Percebia-se que possuíam a intenção de mostrar o quanto o regime havia sido benéfico para o desenvolvimento do país como um todo. A figura de Vargas permanecia no cerne desses discursos. Sua ascensão como líder político, desde a Revolução de 1930 até a instauração do

⁶⁶ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 223.

Estado Novo, estava sempre sendo reforçada. As suas realizações, visando o progresso brasileiro, e a sua administração, como principal dirigente da nação, marcavam a produção dos artigos agora publicados. Essa espécie de estratégia foi usada para se reforçar o quanto se avançou no Estado Novo e que uma ruptura drástica poderia colocar tudo a perder. Claro que havia uma intenção de não negar os recentes acontecimentos, nem querer negar que as mudanças eram inevitáveis, contudo, percebe-se que havia também a intencionalidade de tentar frear os rumos dessas mudanças, dando mais tempo para que Vargas permanecesse mais tempo no cargo.

Nesse contexto, uma reportagem especial da Revista *Cultura Política* começou a ser publicada mensalmente como forma de intensificar o quanto o regime estava sendo bom para o Brasil. Intitulada *Um mês de realizações governamentais*, essa reportagem basicamente apresentava, como o próprio nome indica, as ações governamentais empreendida por Vargas. Eram acontecimentos ocorridos durante o mês anterior ou, no máximo, nos dois meses anteriores àquela edição. Era uma maneira de o regime mostrar suas ações e empreendimentos recentes, voltados para o desenvolvimento econômico e social do país. Os mais diferentes fatos foram ser mostrados como reforço às palavras do governo, ocupando várias páginas da revista. Como exemplo, podemos citar alguns dos empreendimentos elencados na edição de número 48, de janeiro de 1945, alguns até curiosos: melhorias estruturais e estratégicas no Exército Brasileiro; melhorias nas escolas do Distrito Federal; a aprovação de um decreto-lei possibilitando aos jornalistas e às atividades correlatas o direito ao salário-mínimo; e até a promulgação de uma lei que regularizava as atividades sindicais dos trabalhadores rurais. Essas e outras realizações publicadas neste exemplar foram todas em homenagem à comemoração alusiva ao sétimo aniversário do Estado Novo, ocorrida em novembro de 1944. Parecia que o presidente queria apresentar serviço e não dar margem aos oposicionistas. Parecia também que queria demonstrar que se preocupava e se ocupava dos mais diferentes problemas brasileiros, trabalhando no intuito de resolvê-los um a um.

A direção do DIP e a da *Cultura Política* tentaram tirar o foco político sobre as reivindicações de mudanças pelo retorno da participação social na política interna, recorrendo a outras práticas. A revista apelou ao artifício de publicar vários artigos sobre as características econômicas, políticas, sociais e culturais de outros países, em especial aos nossos irmãos da América do Sul. Era uma tentativa de conhecer os aspectos inerentes a cada

país, por exemplo, na área da educação, da comunicação, ou do campo cultural e social. Isso possibilitava que houvesse uma inevitável comparação com os avanços que ocorreram durante o Estado Novo. Logicamente, todos os artigos publicados dessa natureza continham aspectos iguais ou bastante parecidos com as experiências nacionais apresentadas nesse período. Não havia nesses tipos de reportagens qualquer visão em que enfocasse o Brasil de modo negativo, ou que pudesse suscitar comparações negativas dos métodos aqui praticados.

Por mais espaços nas mídias brasileiras que poderiam ter, ninguém superava Vargas. Ele era a principal atração e o principal personagem do regime. Seja em inauguração de espaços e obras de infraestrutura, seja em almoços e jantares em sua homenagem, ou mesmo nas paradas militares e festividades do dia do Trabalhador. Vargas sempre chamou para si a atenção do público. Muito eloquente e conhecedor profundo das artimanhas da vida política, Vargas aproveitava cada instante, cada discurso, cada evento para promover a sua imagem de líder. Seu carisma pessoal ficou marcado profundamente na sociedade, em especial, junto à classe trabalhadora.

Ao falar sobre quais seriam as características que estavam inseridas dentro de um processo envolvendo a construção de um líder de massas, cuja imagem penetrou fortemente no imaginário do povo brasileiro, Maria Helena Capelato apresenta algumas contribuições de pesquisadores sobre esse assunto. Ela aborda o contexto de forma a apresentar como essa construção pôde ser estabelecida. Comenta que a imagem pública de Vargas, dentro do imaginário das massas, foi edificada por uma sucessão de fatores, entre os quais se destaca a grande propaganda desenvolvida para massificar a sua presença entre os brasileiros. Não é a toa que o DIP foi fundamental nesse processo. Segundo a autora, “o líder, condutor das massas, tem de se destacar pelo seu carisma e pelo dom da oratória.”⁶⁷ Além disso, existia também todo um misticismo que fundamentava essa constituição no imaginário coletivo brasileiro:

O poder místico e a identificação com o divino atrelam o destino do homem-deus ao da pátria. Sua imagem mesclava-se à da pátria uma e imortal; o destino desse homem era o destino mesmo do Brasil. A divinização do chefe insere-se no

⁶⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 279.

movimento de sacralização da política que caracteriza esses regimes, reforçando o exercício da dominação. Atribui-se ao chefe um poder de controle do tempo coletivo, de modificação do passado, transformação do presente e produção do futuro.⁶⁸

Porém, isso não era o bastante para a continuação do regime ditatorial. Vargas percebia cada vez mais a presença dos opositores do regime à medida que os meses iam se sucedendo em 1945.

Em um de seus últimos discursos publicado na Revista Cultura Política, chegou a manifestar sua determinação em permanecer à frente da nação brasileira, conduzindo os seus passos em direção ao progresso. Falou sobre as realizações de seu governo, dos ataques sofridos vindo dos golpistas de plantão, mas reconhecia que isso era um ônus da vida pública que escolhera. Que, embora abalado, continuava forte e determinado a seguir comandando a nação. Que os trabalhadores não desanimassem nem se preocupassem com os dias turbulentos enfrentados. Getúlio, nesse discurso, também faz um retrospecto sobre os acontecimentos marcantes da história do Brasil desde antes da Revolução de 1930, passando pelas mudanças e realizações no quadro social do povo brasileiro, na melhoria do padrão de vida dos trabalhadores, do progresso sentido na economia e na indústria. Fala, inclusive, das candidaturas que estavam aflorando no Brasil para substituí-lo, lamentado muito esse fato, porém encarando isso de forma racional e natural. Também se manifestou publicamente seu apoio ao General Eurico Gaspar Dutra, afirmando ser ele homem de sua total confiança, capaz de continuar dando prosseguimento aos ideais da Revolução de 1930 e ao desenvolvimento do Brasil.⁶⁹

O término do regime e a queda de Vargas era uma questão de tempo. As articulações políticas já haviam começado. A possibilidade de reformar a Constituição de 1937 que estava sendo debatida foi aprovada. A lei constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, publicada no Diário Oficial da União, em 1º de março de 1945, estabeleceu novas disposições sobre vários assuntos, em especial, a forma utilizada para a escolha do Presidente da República.

⁶⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 283.

⁶⁹ Discurso do Presidente Getúlio Vargas publicado na Revista Cultura Política, nº 51, de agosto de 1945. Rio de Janeiro: DIP, pp. 9 - 21.

Ficou estabelecido que as eleições presidenciais seriam realizadas de forma direta em todo território nacional, cujo mandato estipulado para o exercício presidencial seria de seis anos⁷⁰. A partir daí, estavam criadas as condições necessárias para se voltar ao sistema representativo no Brasil.

Apesar desse revés, Vargas mantinha uma posição firme. Demonstrou isso durante uma entrevista concedida à *Cultura Política*, no último número dessa revista, em agosto de 1945. No decorrer de nove páginas, fala sobre vários assuntos de sua gestão como presidente. Também apresentou o anteprojeto da lei eleitoral em várias dessas páginas, informando ao público todos os pormenores desse anteprojeto.⁷¹ Era como se fosse o próprio presidente que anunciaria primeiramente aos brasileiros as mudanças que o país sofreria. Vargas queria estar na vanguarda dos acontecimentos e, assim, ter o controle, mesmo que aparente, do processo. Mesmo questionado, Vargas procurava manter a sua posição de destaque.

Nesse mesmo número, a revista publica o anteprojeto por inteiro. Todos os títulos, artigos e demais informações das novas regras eleitorais que iriam vigorar no país de agora em diante foram elencadas ao longo de trinta e seis páginas, logo após a entrevista de Vargas.

Os espaços concedidos a esses tipos de informativos na Revista Cultura Política são bastante significativos. Nota-se que os espaços públicos começam a ser frequentados também por um noticiário bem diferente daquele que frequentemente era publicado. As informações sobre os acontecimentos em direção à redemocratização são disponibilizadas sem maiores entraves pelos canais de comunicação controlados pelo DIP. A máquina governamental montada para controlar o setor das comunicações começava a perder seu poder paulatinamente.

Estava cada vez mais perto o fim da democracia social varguista. O controle dos meios de comunicação, a censura generalizada e a propaganda ideológica estadonovista estavam perdendo terreno político para a oposição.

⁷⁰ Revista Cultura Política, nº 51, agosto de 1945. Rio de Janeiro: DIP. 1945, pp. 25-30.

⁷¹ Idem, ibidem, pp. 31-39.

No ano de 1945, são fundados os principais partidos políticos dessa época: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). De acordo com a lei eleitoral de maio de 1945, a constituição dos partidos seguiria um caráter nacional, rompendo com a tradição regionalista da política partidária brasileira.

A UDN reunia diversas correntes que faziam oposição a Vargas, dentre eles setores liberais e oligárquicos, faziam parte desse partido a oligarquia alijada do poder após a Revolução de 1930 representada por Otávio Mangabeira, Júlio Prestes e Artur Bernardes, a oligarquia que se desvinculou do governo e rompeu com Vargas no decorrer da década de 1930 como, por exemplo, José Américo de Almeida, Juarez Távora, Antônio Carlos, Juraci Magalhães, Carlos de Lima Cavalcanti e Flores da Cunha, e por fim, os liberais históricos, como os irmãos Virgílio e Afonso Arinos de Melo Franco, Raul Pilla, Pedro Aleixo, Odilon Braga, Milton Campos.⁷²

O PSD englobava os interventores estaduais nomeados por Vargas durante o Estado Novo, por exemplo, Benedito Valadares, de Minas Gerais; Fernando Costa, de São Paulo; Ernani do Amaral Peixoto, do Rio de Janeiro; Nereu Ramos, de Santa Catarina, e Agamenon Magalhães, de Pernambuco. Teve como candidato à presidência da República o general Eurico Dutra, ex-ministro da Guerra de Vargas. O partido defendia a legislação trabalhista e a intervenção do Estado na economia.⁷³

Em relação ao PSD o problema é mais simples. Os interventores estaduais, representando o que de mais significativo existia em termos de novas elites políticas, reuniram-se para implementar o seu partido. Com isso, estavam vetando definitivamente a ideia de um grande partido de massas, e estabelecendo a criação de um partido nacional da cúpula governamental estado-novista gerido em termos de colegiado e com bases políticas regionais.⁷⁴

O PTB era representado pelos sindicalistas e por nomes que integravam a cúpula do governo, com destaque para Alexandre Marcondes Filho, Ministro do Trabalho de Vargas.

⁷² Ver: *Partidos políticos nacionais*. IN: *Diretrizes do Estado Novo (1937-1945). Queda de Vargas e fim do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_fim_ppn.htm>. Acesso em: 19 jun. 2012.

⁷³ Idem, *Ibidem*.

⁷⁴ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 282.

Ângela de Castro Gomes destaca que o PTB não possuía grandes nomes e aparentemente não possuía um candidato à presidência. Além disso, a autora descarta a versão de que o PTB foi criado de modo fortuito ou de que foi voltado para contrapor ao Partido Comunista.

Certamente o PTB foi criado como a melhor opção partidária para o trabalhador brasileiro. Nesse sentido, era uma cunha entre a classe trabalhadora e o comunismo, mas não um partido cujos móvel e sentido fossem o anticomunismo. Por isso, poderia e deveria manusear habilmente sua posição, realizando amplas alianças políticas.⁷⁵

Diante dos acontecimentos que se desenrolavam em torno das candidaturas de Dutra e Eduardo Gomes, apareceria um movimento pró-Vargas: o Queremismo.

“Trabalhismo e queremismo bebiam da mesma fonte; eram, basicamente, a mesma “ideia”. Mas é certo que do ponto de vista organizacional o PTB e o queremismo não eram a mesma coisa.”⁷⁶ A partir dessa conclusão, podemos inferir que havia uma distinção entre os dois movimentos, embora houvesse um elo entre eles. Ângela de Castro Gomes indica que o queremismo surgiu a partir de representantes do PTB em meados de 1945⁷⁷, porém ela ressalta que houve um episódio que marcou definitivamente a consagração do queremismo: o regresso ao Rio de Janeiro do 1º Escalão da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que serviria aos oposicionistas como propaganda de campanha. Entretanto, quando era esperado que esse desfile consagrasse a UDN e o seu candidato à presidência, as coisas se modificaram.

O desfile das tropas foi feito sob aclamação da população, mas, surpreendendo todas as previsões, quando Getúlio surgiu em carro aberto no seu encerramento, o público explodiu numa verdadeira ovação. O sinal verde estava dado. Não havia o que temer por parte do grande público, e a necessária proteção oficial estava igualmente garantida. O trabalhismo, mais velho, podia encarnar-se no queremismo e sair às ruas.⁷⁸

⁷⁵ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 282.

⁷⁶ Idem, *Ibidem*, p. 284.

⁷⁷ Idem, *Ibidem*, p. 284

⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 285.

“O quadro político era complexo e tenso. Diversos relatórios enviados a Vargas assinalavam que nem a candidatura de Dutra, nem a de Eduardo Gomes gozavam de projeção popular, embora a deste último fosse sem dúvida mais bem aceita pela população.”⁷⁹

Havia uma crença na sociedade em que Vargas ainda pudesse ser candidato, pois o quererismo era bastante forte. Contudo, isso não veio a acontecer. Entretanto, a imagem de Vargas era cada vez mais destacada.

O ocaso do Estado Novo, com o movimento queremista, transforma-se numa ocasião de grandes aparições para Vargas que, insistindo em sua não-candidatura, assistia ao desenrolar dos acontecimentos. O movimento era assimétrico: caía o Estado Novo, mas crescia o prestígio de Vargas.⁸⁰

Nesse contexto de mudanças e do movimento de retorno à democracia no Brasil, o governo tentava se reestruturar. A máquina propagandística elaborada para divulgar a imagem de Vargas e do regime foi a primeira a sofrer as consequências desses novos tempos. O Departamento de Imprensa e Propaganda foi extinto em 25 de maio de 1945 pelo Decreto-Lei nº 7.582⁸¹, dando lugar ao Departamento Nacional de Informações. Embora o DIP tivesse sido extinto, a experiência adquirida nesses anos de controle das comunicações, principalmente a estrutura montada para a censura, puderam ser aproveitadas por muito tempo. Ela não foi esquecida ou desarticulada de imediato. O conhecimento desenvolvido e assimilado no campo da censura serviu por muitos anos aos governos posteriores.

Nesse contexto, políticos e militares discutiam propostas para viabilizar a retomada do estado de direito no país. Várias reuniões foram realizadas para definir os passos a serem seguidos para a deposição de Getúlio.⁸²

⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 286.

⁸⁰ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 286.

⁸¹ Decreto-lei nº 7.582 de 25 de maio de 1945. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=26721&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 17 fev 2013.

⁸² Ver: SANTANA, Alex Santos. *Forças Armadas e Política: As Forças Armadas no processo de redemocratização em 1945*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2011. (Monografia de graduação)

Discutindo as relações existentes entre Vargas e os militares no período, José Murilo de Carvalho defende que a construção dos laços de amor e ódio entre eles se desenvolveu de acordo com os parceiros políticos escolhidos em cada contexto histórico, conforme as circunstâncias apresentadas em cada momento específico. Segundo José Murilo, foi o trabalhismo, idealizado como o novo ator político por excelência a partir de 1942, que deu início ao rompimento com os militares, base para a manutenção do regime introduzido a partir de 1937. Esse privilégio dispensado ao movimento operário, que possibilitou a formação do futuro Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fez com que os militares se afastassem e seguissem caminhos diferentes dos de Vargas.

Mas, ao construir esse novo ator político, Vargas incompatibilizou-se com seu primogênito. Surgiu uma briga entre os dois filhos de Vargas, uma briga de sabor bíblico, como a de Caim e Abel. O que afastou Vargas dos militares foi exatamente esse novo ator político que ele estava construindo ao final do Estado Novo, o movimento trabalhista. Os militares tinham desenvolvido, desde 1935, um fortíssimo viés anticomunista, alimentado inclusive por falsificações de episódios históricos referentes às revoltas desse ano. O anticomunismo passou a ser marca registrada dos militares. A adesão dos comunistas a Vargas, ao final do Estado Novo, fez com que o trabalhismo, criado por Vargas, fosse visto pelos militares como um movimento no mínimo filocomunista. O casamento entre Vargas e os militares entrou em crise que culminou em divórcio em 1945. Os militares que depuseram Vargas em 1945, Góis Monteiro e Gaspar Dutra, foram exatamente os mesmos que o puseram no poder em 1937 e que o sustentaram durante o Estado Novo.⁸³

Como desfecho desse processo, em 29 de outubro de 1945, Vargas é deposto pelos militares, tendo o General Góes Monteiro assumido a responsabilidade de conduzir esse ato. O Estado Novo havia chegado ao fim. O retorno à democratização do país estava caminhando para a fase final. As eleições presidenciais foram realizadas em dezembro de 1945. O General Eurico Gaspar Dutra foi o candidato eleito. Uma nova Constituição seria promulgada em 1946.

Apesar da deposição, Vargas ainda acumulava prestígio e força política capaz de conduzi-lo à presidência da República pelo voto popular, em 1950.

Embora, tenha-se passado várias décadas desde o fim do Estado Novo, no imaginário coletivo da sociedade brasileira ainda encontramos resquícios desse tempo. Trabalhado pela

⁸³ CARVALHO, José Murilo de. *Vargas e os militares*. IN: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 343.

estrutura propagandística montada para a divulgação do regime e da figura de Vargas, os conceitos que foram construídos por intermédio do DIP podem ainda serem sentidos nos dias atuais. Muitos dos trabalhadores, que participaram e vivenciaram aqueles momentos da política de valorização da classe trabalhadora, recordam com saudades dos dias em que o Brasil era governado por Vargas.

No Brasil de hoje, o varguismo é uma lembrança bem construída pela memória oficial, com auxílio da máquina de propaganda, mas também recordada, com nostalgia, pelos trabalhadores que se sentiram dignificados ou beneficiados pela política do “pai dos pobres”.⁸⁴

Em suma, ao longo deste capítulo, abordou-se de forma sucinta a decadência e a consequente queda do Estado Novo. Também foi abordada, resumidamente, a construção do mito Vargas, principalmente entre a classe trabalhadora, alvo privilegiado da propaganda governamental capitaneada pelo DIP. Vimos ainda, que a participação do Brasil na Segunda Guerra mundial foi bastante significativa no contexto da redemocratização. Por fim, procurou-se mostrar de forma simples a caminhada de volta à democracia, abordando a constituição dos principais partidos políticos, o apelo popular do queremismo e a deposição de Vargas pelos militares em outubro de 1945.

⁸⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 321.

CONCLUSÃO

O trabalho apresentado visou refletir sobre a Propaganda na consolidação do Estado Novo. Evidenciou-se a importância do DIP, que utilizou o controle sobre os meios de comunicação e suas técnicas propagandísticas para buscar a simpatia das massas e fortalecer regime inaugurado em 1937. Isto permitiu a Vargas governar com certa estabilidade e poder divulgar à sociedade um determinado projeto político.

No primeiro capítulo abordamos o contexto político brasileiro da Primeira República até a instauração do Estado Novo. Discutimos o processo que resultou na Revolução de 1930 e as diferentes interpretações historiográficas até o momento elaboradas para explicá-la. Além disso, abordamos a conjuntura que se abre com os anos 1930 no Brasil.

No segundo capítulo foi focalizada a estratégia propagandística desenvolvida no governo Vargas por intermédio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo, particularmente, no período que vai de 1941 a 1945, utilizando a Revista Cultura Política como fonte de pesquisa.

O DIP investiu intensamente em construir a imagem de Vargas na sociedade. Através do monopólio dos meios de comunicação, o discurso ideológico do Estado Novo pode ser amplamente divulgado. Ele foi transmitido por meio de cartazes, panfletos, jornais, periódicos, cartilhas educativas, livros, programas de rádio e pelo cinema.

A imagem do presidente foi associada a tudo que se identificasse com o progresso e o desenvolvimento da nação. Vargas estava apoiado por uma legislação trabalhista e por uma política de valorização dos trabalhadores brasileiros. Além disso, obteve apoio dos intelectuais em seu governo, que tentavam transmitir ao povo o projeto político estadonovista.

Percebemos que a Revista Cultura Política serviu para enaltecer e divulgar as inúmeras realizações de Vargas, contribuindo assim para fortalecer a mitologia criada em torno desse político. Nessa revista, ficou configurada a participação dos intelectuais no projeto político e ideológico do Estado Novo. Os vários campos do conhecimento ficaram estampados nas páginas desse periódico. Juristas, historiadores, escritores, filósofos, poetas, economistas, fizeram parte dessa transmissão dos conceitos a serem interiorizados e seguidos pela população brasileira.

A propaganda governamental conseguiu transformar a imagem de um regime autoritário em uma imagem de regime com feições democráticas, uma “democracia social”. Contudo, essa imagem começou a ser mais questionada a partir da participação brasileira na Segunda Guerra mundial, surgindo, ou melhor, fazendo crescer a oposição ao regime.

No terceiro e último capítulo abordamos o processo de redemocratização no Brasil, a formação dos partidos políticos, o enfraquecimento do regime varguista e os esforços de Vargas para permanecer no poder.

Nos anos iniciais, percebemos que a linguagem empregada nas propagandas e nas reportagens publicadas na Revista Cultura Política tinha a característica de ser bastante impregnada da ideologia do Estado Novo. Entretanto, a partir dos anos 1944 e 1945, essa forma de linguagem foi substituída por uma fala bem diferente. O discurso ufanista foi abrandado e deu lugar ao discurso com tons conciliatórios, como forma de tentar ganhar mais simpatia da sociedade, que já se manifestava contra aquele regime de exclusão política.

Quando chega o ano de 1945, a oposição começa a ganhar mais espaço dentro do regime e aumenta a investida para que a democracia retorne ao país. As articulações políticas se tornam mais fortes e frequentes. Partidos políticos são fundados. Políticos e militares reforçam o diálogo visando à redemocratização e a conseqüente queda de Vargas.

Diante dos acontecimentos e ciente de que a democratização é uma realidade, Vargas tenta ganhar tempo e propõe que as mudanças sejam realizadas de forma mais suaves, sem sobressaltos, dentro de uma ordem e de um controle.

Enfim, em 29 de outubro de 1945, Vargas é deposto pelos militares. Chega ao fim o Estado Novo. O Brasil inicia o retorno à democracia e ao estado de direito.

O período do Estado Novo ainda hoje é motivo de análises e estudos diversos. Apesar de bastante estudado e largamente pesquisado, nesse trabalho procuramos contribuir com a abordagem de um tema que revela-se inteiramente estimulante quando nos deparamos efetivamente com as fontes e as interpretamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

AMARAL, Azevedo. *Realismo político da democracia*. Revista Cultura Política nº 1, março de 1941. Rio de Janeiro: DIP, 1941.

ANDRADE, Almir de. *A evolução política e social do Brasil*. IN: Revista Cultura Política, nº1, março de 1941. Rio de Janeiro: DIP, 1941.

Decreto-lei nº 2.557 de 4 de setembro de 1940. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=84012&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

Decreto-lei nº 7.582 de 25 de maio de 1945. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=26721&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

Decreto-lei nº 1.915 de 27 de dezembro de 1939. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=19204&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2013.

MAIA, Ulisses Ramallete. *A situação atual do Estado Brasileiro. Vantagens da Constituição de 1937 em relação às anteriores*. Revista Cultura Política nº 1, março de 1941. Rio de Janeiro: DIP, 1941.

Revista Cultura Política (publicação do DIP)

RICARDO, Cassiano. *O Estado Novo e seu sentido bandeirante*. Revista Cultura Política nº 1, março de 1941. Rio de Janeiro: DIP, 1941.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Alterações de circulação social no Brasil*. Revista Cultura Política nº 9, novembro de 1941. Rio de Janeiro: DIP, 1941.

Livros, artigos e teses

BORGES, Vavy P. *Anos trinta e política: história e historiografia*. IN: FREITAS, Marcos Cézar de (Org). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CAMARGO, Aspásia. *O Golpe Silencioso. As origens da república corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CAPELATO, Maria Rolim. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *ESTADO NOVO: Novas Histórias*. IN: FREITAS, Marcos Cézar de (Org). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Vargas e os militares*. IN: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DECCA, Edgar de. *1930: O silêncio dos vencidos. Memória, história e revolução*. 6ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. História e historiografia*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Acesso em 21 de janeiro de 2013. http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1593.pdf

GARCIA, Néelson Jahr. *Estado Novo, ideologia e propaganda política*. Rio de Janeiro: 1ª edição em eBook – RocketEdition – eBooksBrasil - 1999. < <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/estadonovo.html>.> Acesso em 28 de março de 2013

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

JÚNIOR, Mário Cléber Lanna. *Tenentismo e crises políticas na Primeira República*. IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Rio de Janeiro: Papyrus, 1986.

MATOS, Cláudia Neiva de. *Acertei no milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e economia no Brasil: Opções de desenvolvimento*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Partidos políticos nacionais. IN: Diretrizes do Estado Novo (1937-1945). Queda de Vargas e fim do Estado Novo. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_fim_ppn.htm>. Acesso em: 19 jun. 2012.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *O processo político na Primeira república e o liberalismo oligárquico*. IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

REZNIK, Luis. *Tecendo o amanhã: a História do Brasil no ensino secundário – programas e livros didáticos. 1931 a 1945*. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, 1992. (dissertação de mestrado).

SANTANA, Alex Santos. *Forças Armadas e Política: As Forças Armadas no processo de redemocratização em 1945*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. (Monografia de graduação).

SANTA ROSA, Virgílio. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro, 1969.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SOUZA, José Inácio de Melo. *O estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2003.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

Verde-Amarelos. IN: Anos 20. Era Vargas: anos 20 a 1945 [on-line]. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos20/ev_arte_eultura_verdeamarelos.htm>. Acesso em: 19 jan. 2012.

VIANA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; e CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. IN: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, vol. 9. São Paulo: Difel, 1977.

VISCARDI, Cláudia M. R. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da Política do Café com Leite*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.